

## PALÁCIOS, QUINTAS E CHAFARIZES

Dado o renome do vale de Benfica, a riqueza de suas terras, a densidade de arvoredo, os seus ares afamados e, sobretudo, a proximidade de Lisboa, circunstâncias que por essas alturas de difíceis e demorados transportes pesavam muito, natural é que a freguesia fosse escolhida para lugar de recreio e descanso estival. Aqui se ergueram muitas e belas casas de campo, algumas das quais se tornaram notáveis pela traça architectónica mas muitas mais pela sua riqueza. Algumas ainda estão de pé; outras o camartelo destruidor da urbanização já deitou abaixo. Do arvoredo frondoso já pouco existe. Quando nem alvenaria nem ferro resistem, muito menos as árvores e jardins.

Em princípios do século XIX havia muitas e deliciosas quintas com amenos jardins, grandes pomares e fontes abundantes de excelente água. Já no princípio deste volume fizemos uma resenha delas. Agora só diremos que quatro das mais importantes eram as do Marquês de Abrantes; do Marquês de Fronteira; a da Buraca, pertencente a Bernardo António da Silva e depois a sua viúva D. Leocádia Xavier; e a da Fonte do Calhariz, do Desembargador José Pereira de Sousa Peres.

Além destas, havia em toda a freguesia, «muitas e deliciosas quintas, e nestas, amenos e delicados jardins, deliciosos pomares de fruta de caroço e espinho, e fontes abundantes de excelentes águas».

Citamos apenas algumas das casas mais notáveis, juntamente com os chafarizes que, embora não muito antigos, são de razoável equilíbrio e beleza. Quase todos construídos depois da grandiosa obra joanina do Aqueduto das Águas Livres, merece a pena fazer também um pouco da sua história.

Oxalá que a verdadeira revolução urbanística desta zona, não parando diante dos velhos palácios — e nisto não vai nenhuma cen-

sura às entidades oficiais, pois os seus legítimos proprietários, acima do amor à casa dos seus antepassados põem as necessidades de dinheiro ou partilhas — respeite ao menos os nobres chafarizes, bem localizados, elementos de frescura e beleza, hoje pouco necessários para o abastecimento de água, mas sempre curiosos e úteis para regalo dos olhos das gentes e refresco de qualquer besta encalmada. São pertença da Câmara Municipal de Lisboa que ultimamente tem procurado valorizar alguns; honra lhe seja!

Misturados chafarizes, quintas e palácios, podem ajudar o leitor a ter uma visão mais justa de certas zonas da paróquia de hoje.

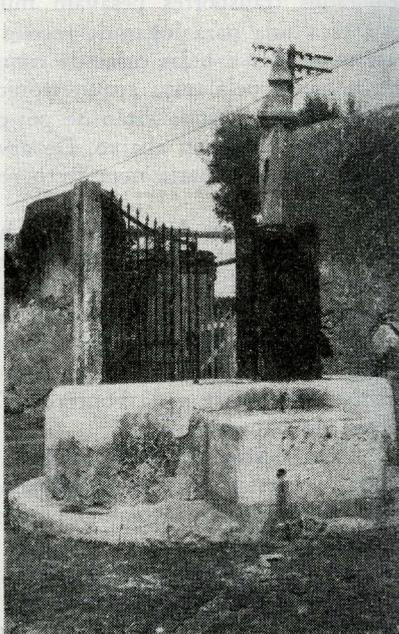
— ★ —

### CHAFARIZ DO POÇO DO CHÃO

Antiquíssimo, começou a ser aberto em 1480, por Fernão Nunes e João Martins como solução mais prática para a carência de água que atormentava os moradores do lugar. Porque se tratava de obra com interesse geral, lançaram uma finta voluntária sobre cada um que afinal vinha a contribuir, segundo as suas posses, para um melhoramento que a todos aproveitaria.

Porém, como há sempre gente do «contra», logo apareceram um tal Fernão Annes com seus filhos declarando que não só em nada contribuiriam para que a obra fosse à frente, mas que nem sequer se serviriam da água que ali houvesse pois o chão, onde estavam a ser feitos os trabalhos e se pretendia o chafariz, não era público nem do concelho mas sim de Jorge Annes, do mesmo lugar de Benfica. E o assunto não ficou apenas numa simples declaração mas foi levado ao tribunal.

Uma vistoria ordenada pelo Senado e feita pelo escrivão da Almotaçaria, Gonçalo Gil, ouviu o antipático Jorge Annes a quem Deus tenha em bom lugar. Depois de tanto barulho, veio afinal dizer que a maior parte do chão onde se pretendia abrir o Poço era realmente do Concelho



e que, sendo ainda necessário para levar a cabo a obra uma pequena parcela de terreno que lhe pertencia, ele desde já declarava que se não opunha nem fazia embargo, a fim de que os moradores seus vizinhos acabassem o trabalho começado. Não podemos dizer que ao homem faltassem razões; suspeitamos que tivesse sido previamente comprado ou ameaçado, pois de outro modo não percebemos como é que alguém embarga uma obra para depois declarar que tudo vai bem.

De qualquer modo, o certo é que, dada a declaração de Jorge Annes, por sentença de 9 de Agosto de 1840, proferida pelo Corregedor da Cidade Ruy Davella Escudeiro, as obras puderam continuar depois de ser declarado que o chão pertencia ao Concelho sendo os autores da opposição condenados a pagar as custas do processo. Ainda hoje lhe é dado o nome de «Chafariz do Poço do chão» e não passa de uma pobre bica rodeada de um baixo muro que lhe serve de tanque.

— ★ —

### QUINTA DA FEITEIRA

Situada mesmo em frente da igreja paroquial, teve uma pequena ermida dedicada a S. Gonçalo de Lagos.

Dos Livros das Almas da paróquia vemos que em 1702 vivia nesta quinta um Francisco João; em 1755, Arcângela Maria, com seu irmão o padre Pedro da Costa; em 1769, um Pedro Lourenço e sua mulher; em 1782, o empregado Leandro João; e em 1800 o seu proprietário Francisco José Pereira, que então reparou inteiramente a velha ermida.

Em 1858 nela viviam Fernando Emídio da Silva com D. Edwiges Eugénio da Mota e Manuel Inácio da Mota e Silva com mais cinco criados. Gente piedosa seria pois, apesar dos tempos contrários, todos se desobrigavam.

Em 1880, João Carlos Ulrich, cujo filho viria a ser embaixador de Portugal em Londres, sem dúvida na intenção de ainda tornar mais bela a sua propriedade mandou plantar um bosque que hoje tem a área de 41045 metros quadrados, mas mais tarde, não sabemos porque razão, veio a vender a mata, quinta e palácio ao «brasileiro» César José de Figueiredo que após bastantes anos de labuta no Brasil por aqui apareceu com bastante dinheiro.

Por alturas de 1910 parece que por sugestão do vereador da Câmara Municipal de Lisboa, António Alberto Gomes, então proprietário da farmácia que ainda hoje conserva o seu nome, pessoa com grande prestígio em Benfica e amigo pessoal do proprietário, este, ao tempo com 65 anos, cedeu à Câmara a Mata da Feiteira, para dela se fazer um Parque Público destinado aos habitantes de

Benfica, com a condição de lhe ficar livre para venda a parte exterior da Quinta, ou seja toda a zona já urbanizada hoje e de que fazem parte a Avenida Grão Vasco, a Rua Emília das Neves e toda a frente paralela à Estrada de Benfica.

Aceite a proposta, no domingo 23 de Julho de 1911 foram iniciadas as obras para a construção do Parque, começando a demolição do muro que dividia esta propriedade da Quinta do Caldas, onde mais tarde veio a ser instalado o Patronato Paroquial de Benfica que alugou uma parte dela para campo desportivo do Clube Futebol Benfica. A cerimónia do bota abaixo do muro assistiram os vereadores camarários António Alberto Marques, Miranda do Vale e Ventura Terra, muito povo e a Sociedade Filarmónica Euterpe de Benfica. E o muro foi abaixo ao som da música e do estralejar de centenas de foguetes enquanto as picaretas começavam a sua obra demolidora.

Mais tarde, em Agosto de 1916 e de 1917, realizaram-se no parque interessantes festejos, com belas iluminações, concertos musicais, teatro ao ar livre, exposições de ranchos e outros divertimentos, tudo patrocinado pela Câmara Municipal de Lisboa.

Porém, o que desta quinta tem para nós maior valor his-

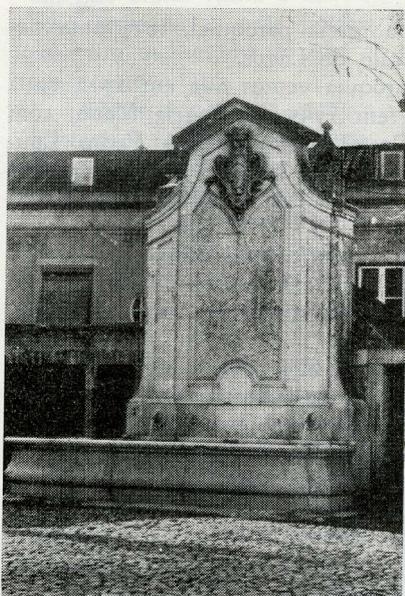
tórico é que nela habitou, em fins do século XVIII, um grande benfeitor da paróquia, alma de fogo que levou por diante a construção da nova igreja, Hermano Cremer Vanzeller de quem já atrás falámos e que, com seu irmão Francisco, aqui deixou memória abençoada.

— ★ —

### CHAFARIZ DE BENFICA

Construído por ordem da Junta das Águas Livres em 17 de Julho de 1788, faz frente para nordeste e é nobre e amplo, com o muro que lhe serve de defesa e o enquadra muito bem.

Por resolução de 29 de Dezembro de 1799, e alvará de 19 de Julho de 1786, os sobejos da água deste chafariz foram concedidos à Quinta do Dezebargador Manuel Inácio de Moura. (*in Memória sobre Chafariz, Bicas... de Velho Andrade, pág. 12*).



*Em virtude da renovada urbanização que cada vez mais se processa num ritmo mais intenso e rápido, deve ser em breve deslocado e só pedimos que, embora recuado, lhe seja dado um lugar onde possa embelezar e ser útil.*

— ★ —

### QUINTA DA BURACA

Pertencia em 1756 a Pedro Caetano Brum Pimentel que ali vivia com sua esposa D. Mariana Catarina de Pastori e 22 criados.

Em 1764, os mesmos apenas com 14 criados e uma escrava.

Em 1771 é designada, nos Livros das Almas, por «Quinta do Pedro Caetano».

Linda propriedade com um bom palácio e belo jardim, tudo obra do negociante João António Lopes Pastor, foi depois posta à disposição da infanta D. Maria Amélia, que aqui veio procurar acompanhada de sua mãe, viúva de D. Pedro IV, no meio da sua amenidade e sossego, alívio para o mal que a viria a matar na

ilha da Madeira em 1853. Em 1873, pertencia a José Maria de Pastori e era conhecida por Quinta do Macaísta. Pertenceu depois à viúva Garlon.

Veio depois a pertencer ao marquês de Fontes que a reparou e alindou e, por fim, depois de imensas vicissitudes, a Câmara Municipal de Lisboa, vendeu palácio e quinta, com a área de 29.000 metros quadrados, ao Patriarcado de Lisboa pela importância de 2.000.000\$00.

Restaurado o palácio, arranjados os jardins e horta, em parte da Quinta foi construída a Casa de Retiros, grande e necessária construção para a diocese, inau-

gurada em Maio de 1964 pelo Em.<sup>mo</sup> Senhor Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. Manuel II.

Completamente arranjado e adaptado a residência patriarcal, o palácio aparece-nos hoje com a sua bela fachada e amplo pátio ao seu lado direito, enquanto, no meio da Quinta, a Casa de Retiros avulta com os seus dois pavilhões ligados a um corpo central. Não nos parece notável pela sua beleza arquitectónica a nova obra.



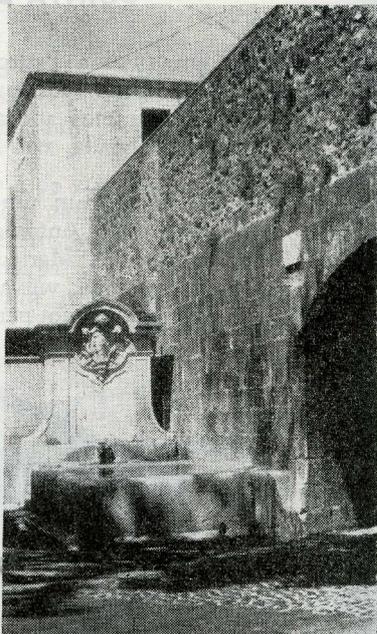
O palácio, em princípio do século XIX tinha um bom oratório e pertencia a D. Genoveva Leocádia Xavier da Silva, viúva de Bernardo António da Silva.

— ★ —

### CHAFARIZ DA BURACA

Feito em 1771 por ordem da Junta das Águas Livres, tem a frente voltada para o sul, com um belo tanque de 20 palmos de comprimento por 10 de largo e 3 1/2 de alto. Também por despacho da Direcção das Águas Livres, dado em 10 de Maio de 1834, os preciosos sobejos da água deste chafariz foram concedidos à Quinta da Buraca que então pertencia a João António Lopes Pastor. (*in Memória sobre Chafarizes e Bicas... de VIlho de Andade, pág. 12*).

O chafariz estava encostado ao muro da Quinta e junto ao Aqueduto, como ainda hoje o vemos e, neste caso como noutros que já vimos e havemos de ver, os ricos donos das grandes quintas vizinhas procuravam sempre aquilo a que chamavam «sobejos» da água que lhes era preciosa para as proprideades.



— ★ —

### QUINTA DE ALFARROBEIRA OU DO FEDERICO

Esta propriedade em cujo palácio hoje se encontra instalada a Direcção do Serviço de Saúde do Exército, foi outrora propriedade do architecto João Federico Ludovice, autor do projecto do convento de Mafra e de muitos outros trabalhos entre os quais o traçado da actual igreja paroquial de Nossa Senhora do Amparo.

Em 1734 já é designada como Quinta do Federico mas só ali reside o caseiro. Em 1748 já nela encontramos João Pedro Ludovice com 7 familiares e 8 criados e em 1750 com mais 5 criados e um

— 382 —

afilhado. Depois encontramo-lo com mais criadagem: 7 criadas e 10 criados.

Em 1756 vivem ali D. Ana Maria Ludovice, José Joaquim Ludovice e Caetano Ludovice com mais seis criados.

Em 1763 a quinta estava entregue ao cuidado do caseiro e assim continua até 1782 ano em que nos aparecem a viver ali um José Xavier com D. Teresa Maria de Lacerda, sua mulher, seu filho Francisco de Paula, mais dois familiares e nove criados.

Em 1812 de novo nos aparece o palácio habitado pela família Ludovice, pois ali encontramos o Ilustríssimo José Frederico Ludovice e sua esposa D. Francisca Rita Vallati servidos por quatro criados. Porém, em 1836, já encontramos a propriedade de novo apenas entregue aos cuidados dos caseiros.

O palácio tem, dando para a rua, uma bela capela pública de grande equilíbrio architectónico. Reaberta ao culto no ano de 1963, depois de felizmente restaurada, vemo-la ainda hoje no seu belo estilo barroco italiano, com bons mármore e telas, dominada por belo altar todo de mármore e por um retábulo representando a Assunção da SS. Virgem. Embora a capela seja pequena, uma teia de mármore dá-lhe imensa graciosidade.

Mais telas, representando a Anunciação a N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup>, e o Nascimento do Senhor, a ornam. Tanto o pavimento de mármore como o pequeno coro de madeira pintada, acusam a traça graciosa do seu architecto, e primeiro proprietário: Ludovice.

Ainda hoje, como então, se acha situado o palácio sobre o caminho que da Estrada de Benfica conduz ao antigo lugar do Calhariz. agora em plena transformação e dentro em pouco totalmente desaparecido. Logo à entrada da Estrada do Calhariz, edificado na primeira metade do século XVIII, o seu proprietário destinou-o a residência e casa de campo. Por isso ele denota a riqueza do estilo da época. Além da nobreza e valor histórico que lhe dá a personalidade do seu fundador e proprietário, o facto de a infanta D. Isabel Maria, quando regente do reino, aqui ter vindo passar o Verão de 1827 para se restabelecer de uma grave doença que tivera, torna-o ainda mais interessante.

— ★ —

### QUINTA DO SECRETÁRIO NO PORTAL NOVO

Esta Quinta foi habitada pelo Secretário de Estado de el-rei D. João V, Diogo de Mendonça Corte Real, que durante muitos anos foi juiz da Irmandade do SS. Sacramento desta paróquia.

— 383 —

Em 1750 nela vivia João Pedro de Mendonça Corte Real com D. Domingas de Saldanha, D. Bernarda Rita, D. Leonor Josefa, D. Maria de Noronha e uma legião de criados. Em 1756 são 8 os familiares.

Em 1764 a quinta estava entregue aos cuidados do padre Joaquim da Costa Morais que, segundo os costumes da época, além de capelão da pequena capela de S. Ana pertencente à casa, era também uma espécie de mordomo ou chefe da criadagem que tratava da quinta. João Pedro de Mendonça Corte Real, morava habitualmente no seu palácio da Junqueira, mas em 1768 vemo-lo *desobrigado* em Benfca, juntamente com 11 criados.

Em 1772 já nos aparecem na casa, além do mesmo capelão, os proprietários D. João Pedro da Câmara e sua esposa D. Maria Francisca de Mendonça que ali tinham às suas ordens uma criada, uma ama, uma «criada de varrer», uma criada de engomar, um criado de sege, um boleiro, um carreiro, um criado grave, um moço de cozinha, um guarda roupa e um caseiro. Tudo isto constava do *Livro das Almas*, num ano em que o cura mais cuidadoso tomou nota das profissões ou cargos que exerciam os criados da casa.

Dez anos depois viviam na Quinta D. Domingos de Saldanha e seus netos D. Diogo de Mendonça e D. José da Câmara com mais doze criados.

Em 1810 vivia na Quintinha, ao lado, D. João Pedro de Mendonça Corte Real.

Esta Quinta do Secretário estava situada do outro lado da Estrada de Benfca, quase em frente do Palácio Ludovice ou de Montecuche e tinha um oratório público.

Em 1852 viviam ali D. António Xavier da Gama Lobo, viúvo, **com sua filha D. Maria Bernardina de Mendonça**, que ainda ali esteve no ano seguinte.

— ★ —

#### QUINTA DA GRANJA AO PORTAL NOVO

Em 1703 pertencia a João Coelho de Melo e sua esposa D. Bernarda Antónia.

No ano de 1795 nela viviam D. João Pedro da Câmara com sua esposa D. Maria Francisca, seus quatro filhos Diogo, Maria Izabel, Mariana Joana e Ana com mais 20 criados. A casa, situada em lugar dominante sobre a Estrada de Benfca e a Azinhaga da Fonte tinha um amplo pátio interior e boas habitações no rez do chão e andar superior.

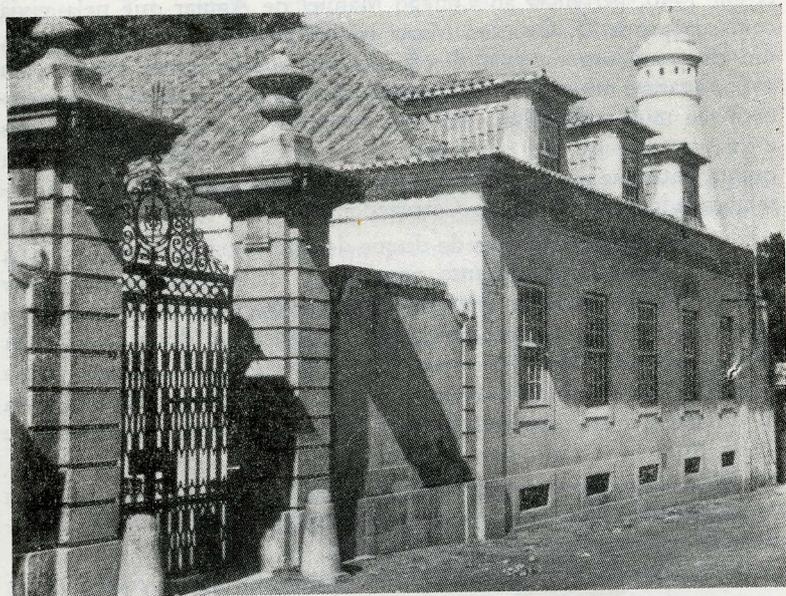
No ano de 1812 vivia aqui o Principal da Santa Igreja Patriarcal de Lisboa e grande protector da paróquia D. Luís da Câmara,

juntamente com mais pessoas de família e sua mãe D. Ana Xavier de Azevedo.

Como os leitores sabem a dignidade de Principal era como que um arremedo do cardinalato na corte patriarcal criada pelo fausto de D. João V. Tinham uma boa mensalidade, capelão privativo, obrigação de carruagem e vestes quase cardinalícias.

Em 1884 ainda ali vivia D. Duarte Manuel de Noronha.

— ★ —



**QUINTA DO PERES OU DA FONTE**

Caminhando pela estrada do Calhariz, já perto do lugar, cortando-se à esquerda, encontra-se esta Quinta assim chamada por ter sido um negociante deste apelido quem a reconstruiu e aformoseou, no primeiro quartel do século XIX. Rica propriedade tanto pela grandeza e riqueza do edifício como pelos magníficos jardins e corpulência das árvores silvestre que a ensombravam e também pela extensão da Quinta cheia de magníficos exemplares de árvores de fruta era notável.

Em 1702 já no Calhariz existia uma quinta pertencente ao Desembargador Tomaz de Caminha, mas não sabemos se seria a mesma que veio a ser ampliada.

Pertenceu ao Barão de Rio Tinto que, cheio de dinheiro ganho no Brasil, lhe fez consideráveis melhoramentos. Da história do chariz que lhe está fronteiro, falaremos a seguir, e com bastantes pormenores pois é quase um romance da manha e influência de um autêntico capitalista habituado a vencer tudo e todos.

Serviu o palácio de residência a S. Alteza a infanta D. Ana de Jesus Maria e ao duque de Loulé, então ainda marquês, depois do seu casamento, desde Novembro de 1827 a 3 de Fevereiro de 1828, data em que partiram para o estrangeiro.

O seu nome primitivo foi o de «Quinta da Fonte do Calhariz» e, em 1750, pertencia ao Cónego Manuel de Aguiar que nela vivia com sua prima D. Catarina Maria Isidora da Assunção, três criados, um caseiro e um escravo. O cónego veio a falecer em 1765 e, em 1769, aparece-nos ali a residir o desembargador José Pereira Sarmiento e sua mulher D. Maria Bárbara, tendo ao seu serviço três criados e quatro escravos. Em 1772 passaram a viver em Lisboa deixando a quinta entregue a um caseiro, mas em 1777 lá estava de novo o desembargador que era então Corregedor do Bairro Alto.

Anos depois da estadia do duque de Loulé com a infanta D. Ana de Jesus Maria (mais adiante narraremos um episódio curioso passado com o marquês de Fronteira quando veio à quinta cumprimentá-los), em 1835 aparece-nos como proprietário desta esplêndida quinta, António Vítor Pereira de Sousa Peres, casado com D. Joana Tomázia Natividade e Sousa. Gente cristã a valer, em 1840 viviam na quinta com os seus três filhos Francisco António, Maria Joana e Maria Micaela e mais sete criados.

Em 1847 aparece-nos Vicente Gonçalves Rio Tinto como seu proprietário e 1890 estava entregue à guarda e zelo sempre suspeitos dos caseiros.

Vicente Gonçalves Rio Tinto, primeiro barão (1803-1857) teve atrasos e baixos na sua fortuna, esteve metido nas lutas partidárias do século passado e dirigiu um sector da opinião pública com o seu jornal *O Nacional*, que certa vez pretendeu vender por oito contos com a condição de ser feito Correio-Mor de Guimarães. Seis meses depois já estava de novo cheio de dinheiro, não se sabe como. A ele se deve um grande progresso nas artes gráficas em Portugal. Depois passou para a posse do abastado negociante e capitalista José Iglesias e depois para sua filha casada com o conselheiro José da Silveira Viana.

Actualmente está nele instalada uma Escola de Educadoras da Infância e, magnificamente restaurado, mantém o seu nobre aspecto exterior, embora dentro tenha sofrido as naturais remodelações que adaptaram a residência ao seu fim actual.

## O CHAFARIZ DO CALHARIZ

Por alturas de 1848, as lavadeiras e os moradores de Alfarrobeira e do sítio da Fonte, no Calhariz de Benfica, terra afamada, como já vimos, pela sua beleza e frescura, dirigiram uma petição à Câmara Municipal de Lisboa, pedindo um chafariz e um tanque, para, no dito sítio, poderem lavar a roupa própria e a da numerosa freguesia. Tal pedido, reforçado por Vítor Gonçalves Rio Tinto, proprietário da Quinta da Fonte, que se oferecia para fazer toda a obra à sua custa, pondo apenas determinadas condições, levou a Câmara a mandar proceder às habituais averiguações até que, por despacho de 14 de Dezembro de 1848, concedeu uma *pena* de água para o novo chafariz.

Como não havia sido muito generosa, pois uma pena de água não vinha resolver o problema, manhosamente foram os suplicantes demorando a obra até soprarem ventos mais favoráveis para enviarem à Câmara um novo requerimento a pedir, com todo o respeito e manha saloia, mais agüinha que lhes veio a ser concedida em sessão camarária de 12 de Abril de 1849. Ganharam com a espera, pois outra pena apanharam e muito se havia de rir e esfregar as mãos o senhor Rio Tinto que largara «generosamente» os cobres para a construção do chafariz mas era o principal beneficiário pois recolhia os «sobejos» para a sua preciosa quinta.

Construído no lado esquerdo da meia laranja que estava em frente do portão da Quinta de Alfarrobeira, levantaram mais um pouco o muro dessa meia laranja e a água passou a correr de uma bica de pedra para um tanque com 16 palmos de comprimento onde as lavadeiras lavavam as roupas próprias e da freguesia citadina.

12 palmos de largura e 1 a 1 1/2 de altura tinha o tanque até ao plano inclinado, junto do qual estava outro tanque com 8 palmos de altura por 5 de largura e a mesma altura do antecedente.

E os preciosos sobejos lá corriam para a Quinta do senhor Rio Tinto, difícil de contentar, pois em requerimento datado de 16 de Novembro de 1849, expunha *«que os sobejos do Chafariz por ele construído eram tão poucos que a experiência do verão passado mostrou que as Lavadeiras ficavam quase privadas da vantagem com que contavam quando ele se propôs fazer a sobredita obra do Chafariz e Tanques, no que gastou perto de 500.000 reis; e assim oferecia o donativo de 480.000 reis se a Câmara mandasse largar directamente para o referido tanque mais uma pena de água»* ao

mesmo tempo que pedia a necessária licença para tapar o Poço que ficava no caminho, mesmo em frente da sua Quinta e perto do Calhariz novo, pois obstruía a livre passagem dos carros e mais tráfego. Para isso tinha que esgotar a pouca água do poço por meio de canalização subterrânea, obra que lhe viria a ficar ainda bastante cara, mas, apesar disso, no acto deste termo, logo entregou na Câmara a sedutora quantia de 480.000 reis em metal sonante.

Temos que concordar que o senhor Rio Tinto devia ter muita sede, muito dinheiro e muita necessidade de caminhos largos!

Veloso de Andrade na sua curiosíssima «*Memória sobre Chafarizes, Bicas e Fontes...*» a páginas 95 e 96 diz haver examinado o primitivo poço em questão. Chamavam-lhe então «*Fonte do Calhariz*» e, em 1847, mediu-o com todo o cuidado de quem tem amor às coisas velhas. Tinha 22 palmos de alto até ao nível da terra e daqui para cima uma claraboia ordinária, com sete palmos e seis polegadas. O peitoril fazia face ao nordeste e nas duas faces dos lados, pela parte de dentro, tinha a cada canto uma pequena pia onde caía a água que depois escorria para outra, do lado de fora, destinada ao gado e que já então não existia.

— ★ —

### QUINTA DO SOEIRO

Situada no lugar de Panasqueira, deste tempos imemoriais pertenceu à família Soeiro, de onde provém afinal a sua denominação.

Ja no «*Livro das Missas da Táboa da Igreja de Benfica*» vemos que em 1679 os Soeiros tinham encargos de missas de que conscienciosamente se desobrigavam todos os anos.

Em 1763, vivia na Quinta Manuel de Sousa Soeiro, acompanhado por Domingos Francisco Ferreira Leite e sua esposa D. Teodora Maria de Oliveira, D. Teresa Cecília Xavier Soeiro, sua sobrinha e mais 6 criadas e duas escravas uma das quais venderam nesse mesmo ano.

Nos anos seguintes sempre nos aparecem os mesmos nos livros das Almas mas D. Teodora Maria encontra-se doente e impossibilitada de vir à sua igreja paroquial desobrigar-se.

No ano de 1768 aparecem-nos a viver na Quinta D. Teresa Cecília Xavier Soeiro, solteira e António Joaquim Xavier Soeiro, seu irmão. Dois anos depois ali habita um Gonçalo Pires de Matos casado com D. Maria Isabel Soeiro.

## QUINTA DE JOÃO DA SILVA CARVALHO OU DO MOLLER

Simples quinta sem nada a torná-la notável, ainda em 1768 por todos conhecida por «Quinta de Baixo, junto ao convento», porque ficava mesmo encostada à cerca do convento de S. Domingos de Benfica, durante muitos anos só ali viveram os caseiros a quem, naturalmente, apenas interessava que desse bom rendimento.

Foi um negociante estrangeiro, Moller, que depois de meados do século XVIII a embelezou, engrandeceu e transformou numa autêntica propriedade de luxo e recreio. Situada à esquerda da actual Travessa de S. Domingos, quando se vai da Estrada de Benfica, apenas há uns sete anos desapareceu na voragem da urbanização que nada respeita nem poupa. Até então a casa conservou a sua nobreza e os jardins e parque tinham o encanto do seu traçado e das suas grandes árvores frondosas. Comprada, quase em meados do século XIX pelo par do reino João da Silva Carvalho, este reedificou a casa nobre e alindou toda a propriedade com os recursos que não escasseavam aos corifeus do liberalismo.

Seu pai, o «herói» liberal José da Silva Carvalho, que de 1820 a 1833 lutara bravamente pela vitória do seu partido, tivera ampla fatia do budo feito com os conventos e propriedades das Ordens religiosas extintas. Conjurado em 1820 e ministro da Regência em 1821, ministro da Justiça de D. João VI e muito detestado por D. Carlota Joaquina que lá teria as suas razões, teve que emigrar para Inglaterra, onde, em Londres, foi vogal da Comissão de Socorros aos Proscritos. Na ilha Terceira desempenhou o cargo de auditor das tropas liberais, desembarcou no Mindelo e veio a ser ministro da Fazenda.

Quando João da Silva Carvalho a comprou, ainda tinha uma bela colecção de plantas exóticas e, maior «maravilha» ainda, um belo laboratório fotográfico, dos mais modernos da época. Situada no lugar a que chamavam Travassos, ainda em 1864 era habitada por este importante trunfo político casado com D. Maria José Ferrari da Silva Carvalho, para depois da sua morte continuar na posse da «Viscondessa de Silva Carvalho». Em 1884 aparece-nos vivendo aqui José Mendes de Carvalho, casado com a condessa de Farrobo e em 1896 está na posse do negociante Francisco Cunha.

## QUINTA DE A. LODI

Linda vivenda a que a sua pequenês não tirava o interesse, era composta por uma excelente casa, um lindo jardim e um «bosque» com um grande lago e muitas variedades de objectos de arte e cons-

truções pitorescas à moda da época: estatuetas, bustos, tanques, mirantes, «casas de fresco», de banho e jogos, e uma ermida de muito mau gosto pois imitava pretenciosamente uma construção gótica. Em poucas palavras: um conjunto amaneirado que hoje ninguém suportaria.

Do segundo andar do mirante que se erguia ao fundo da Quinta, sobre um grande largo gozava-se a vista de uma formosa paisagem. D'ali se avistavam as quintas e palácios da Infanta D. Isabel Maria, Marquesa de Fronteira e a cerca e convento do extinto convento de S. Domingos de Benfica. Para a esquerda via-se Lisboa ao longe, como que espreitando os arrabaldes dos seus últimos montes.

Para a direita tudo era arborização dessa longa cadeia de jardins e pomares que povoavam o vale de Benfica, limitando desse lado o horizonte a poética serra de Sintra. Na opinião de Vilhena Barbosa (*in Arq. Pitoresco*, pág. 105) não havia nos subúrbios de Lisboa perspectiva mais bela, aprazível e pitoresca. Pertenceu a António Lodi, irmão da Condessa da Póvoa, D. Mariana Lodi.

Passou mais tarde para a posse de Vitorino Vaz Júnior, que depois a vendeu ao grande actor português Ferreira da Silva.

— ★ —

### QUINTA DO LAMEIRO

Velha e nobre construção, em 1764 era habitada por D. Teresa Rita Catarina que ali vivia com uma criada e uma escrava. No ano seguinte só ali viviam os caseiros e, em 1769, João Baptista Danino e Clara Danina, dois filhos e dois trabalhadores.

Em 1767 moravam nela João Baptista Danino e Clara Danino, 2 filhos e 1 criado.

Em 1768 «João Baptista Danino, estrangeiro, 2 filhos e 1 criado, segundo reza o Livro das Almas.

Em 1770 os mesmos. Deviam ser italianos pois se desobrigavam na igreja do Loreto, em Lisboa.

Em 1812 ali tinham a sua morada Francisco de Paula dos Reis, D. Maria Febrónia de Faria, D. Francisca Carlota e D. Luzia Rosa com mais seis criados.

— ★ —

### QUINTA DO VADRE

Já em pleno lugar da Cruz da Pedra, onde depois se ergueria uma sumptuosa casa apalaçada com capela privativa, existia em princípios do século XVIII uma quinta em cuja residência habitava

Vicente Rebelo do Vadre que nela vivia com sua mãe D. Maria do Vadre, uma sua irmã, D. Mariana do Vadre, mais uma criada e dois pretos escravos.

Em meados do mesmo século, habitava-a António Rebelo do Vadre que nela vivia com Francisco Xavier do Vadre e mais oito criados. A casa cada vez mais deve ir crescendo em riqueza e bem-estar pois, em 1763, ali vivia José António Vieira do Vadre com nove criados. Três anos depois aparece-nos casado com D. Ana Joaquina de Almeida Castelo Branco e então já familiares e criados atingem o número de quinze pessoas, mais um escudeiro, um boleeiro, uma ama de casa e um escravo menor. Este pessoal denota não só avantajados meios de fortuna mas também um vida faustosa. Talvez por isso mesmo hajam trocado os ares de Benfica pelos da cidade pois a partir de 1770 só encontramos na quinta um caseiro estrangeiro, de apelido Grondona.

Em meados do século XIX aparece-nos em mãos do doutor Carvalho Monteiro, com um pórtico acastelado e rodeada com um muro cheio de ameias, tudo de gosto muito duvidoso, tresandando a pretenções. A casa de habitação é que continuava a ser linda, o jardim, o lago, ao gosto da época, não deixavam mal colocados os proprietários que podiam regalar-se com os ricos e apetitosos frutos do pomar e da horta.

— ★ —

### CHAFARIZ DA CONVALESCENÇA

Embora localizado fora da paróquia, praticamente nos seus limites, porque servia o lugar da Cruz da Pedra e porque o seu encanamento corre pela paróquia, a ele também nos referimos aqui.

Importou na elevada quantia de 18.961\$423 reis este lindo e nobre chafariz. Multiplique a soma por 150 e terá quantia aproximada na moeda de hoje, caro leitor! Um oficial, trabalhando em qualquer obra ganhava o bom salário que 200 a 250 reis!

Mandado fazer por Provisão de 12 de Dezembro de 1791, só foi concluído em 1817. É caso para se dizer que levou tempo mas ficou obra asseada, e hoje, junto à Estrada de Benfica, localizando o sítio do antigo Convento de S. António da Convalescença e a respectiva igreja que lhe ficavam em frente, encanta-nos a vista.

Levou tempo e dinheiro, porque o seu encanamento vinha desde S. Domingos de Benfica, por baixo da Calçada, encostado ao muro da Quinta da Infanta D. Isabel Maria (Devisme) e, por isso, muitas vezes entupido com as raízes do arvoredo da dita quinta. Porque

«com o teu amo não jogues as peras» e D. Isabel Maria havia sido por duas vezes regente do Reino, a Câmara, em 1849, mandou fazer um novo encanamento com 134 palmos, que passava pela frente do jardim do Marquês de Fronteira; mais 406 palmos junto à quinta de um senhor Abraham, que pelo nome seria judeu; mais 102 junto da ponte do Rio que atravessava a Estrada; depois mais 997 por cima de um muro novo construído em frente da quinta da senhora Infanta; e ainda 207 em encanamento subterrâneo até ao Alto de S. Miguel. Enfim; um cano com 1846 palmos e que não ficou nada barato. Quem, com a influência que disfrutava, conseguiu as sobras de água, sempre preciosas, foi o Conde de Farrobo que então pontificava semeando, a mão cheias, o oiro que um dia lhe veio a faltar inteiramente. A Quinta das Laranjeiras, verdadeiro paraíso, teve mais água a correr e a fertilizá-la. (*Memória sobre Chafarizes, Bicas, Fontes... Veloso de Andrade, p. 94*).



— ★ —

Vamos agora entrar numa zona curiosa e rica da antiga e nobre Benfica. Não só porque hoje é paróquia, pelo decreto patriarcal de 1959 que fez surgir na capital novas freguesias, S. Domingos, pela riqueza dos seus palácios merece relevo grande nesta resenha das antigas casas senhoriais da velha paróquia de Nossa Senhora do Amparo.

Ainda hoje o abandonado largo de S. Domingos de Benfica espera mão camarária e de bom gosto para ser transformado numa bela e nobre praça da cidade. Metido entre uma antiga quinta, a igreja e convento de S. Domingos, o palácio Devisme e o maravilhoso palácio dos Fronteira, realçado por um belo chafariz que lhe dá frescura e nobreza, tudo parece convidar uma diligente mão de artista. Mas ainda não chegou a sua hora!

Outrora, rodeado de árvores frondosas e de numerosos vizi-

nhos, ali se fazia uma grande feira de arraial, durante o mês de Maio. Tinha grande concorrência, sobretudo aos domingos, quando apareciam os que vinham à missa, os compradores e os foliões que só pensavam em divertir-se num «campo de bola» que moia a cabeça aos frades. Por várias vezes chegaram a ser ameaçados com sanções eclesiásticas os brincalhões que jogavam à bola durante os ofícios e outros actos litúrgicos, perturbando o silêncio e serenidade em que deviam decorrer, mas os resultados foram fracos.

Durante as lutas entre liberais e constitucionais, o ambiente também devia ser «delicioso». De um lado os Fronteira, liberalões ferrenhos, — e lá tinham as suas razões! sobretudo contas antigas a saldar com os descendentes de el-rei D. José I, que lhes havia desonrado a casa e supliciado uma quantidade de membros: — do outro, o marquês de Abrantes, ferrenho absolutista e os dominicanos, ainda mais ferrenhos, pois se tratava não só de defender o trono de direito divino (ideia tão discutível então como hoje), mas de defender a própria pele, liberdade e existência, uma ideia que, hoje, cá por estes lados, quase ninguém discute.

Mas vamos à resenha dos palácios.

— ★ —

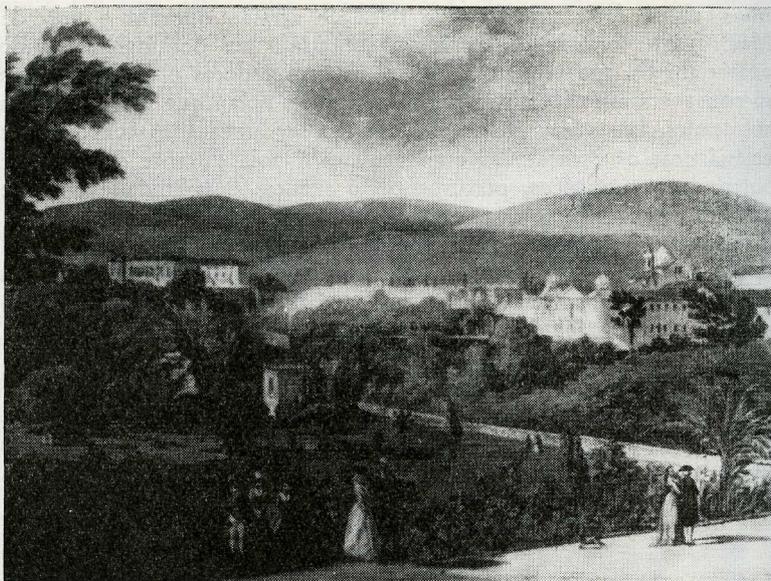
### PALÁCIO DEVISME

Assim teimamos em chamar-lhe pois é justo que a ele esteja e fique sempre ligado o nome do seu fundador. Gerardo Devisme, capitalista e negociante inglês na praça de Lisboa, arranjou um bom architecto: Inácio de Oliveira Fernandes que fez obra de vulto e extraordinário bom gosto. Ornou a quinta com inúmeras estátuas de mármore, plantas raras, árvores exóticas, desconhecidas no nosso país e decorou o palácio com muitos quadros a óleo e obras de arte de toda a espécie.

O palácio de Seteais de que Devismo foi também o possuidor, atesta o seu gosto e beleza.

Do lugar de S. Domingos, Devisme devia gostar muito, pois em 1782, no *Livro das Almas*, encontra-se mencionada a Quinta de Cima, do Devisme, onde viviam um jardineiro e sete criados, e que julgamos ser a bela propriedade que vamos descrever. Dois anos mais tarde, o comerciante inglês possuía também a Quinta da Palmeira, onde viviam um caseiro e quatro criados. Por não ser católico e por não viver aqui habitualmente, do proprietário não encontramos rasto nos mesmos livros. Desta Quinta da Palmeira a que nos referimos, situada na Piçarra, encontramos vestígios até 1788, calculando nós que depois mudou de nome.

Mais tarde, parece que devido a contratempos e desgostos, — fazemos notar que singrara extraordinariamente no reinado de D.



Vista da Quinta de Devisme, tendo ao fundo, à esquerda o palácio Fronteira e à direita o convento de S. Domingos

Pintura de Noel

José, extranhamente benquisto do Marquês de Pombal — vendeu a propriedade que construíra e tanto amara, a D. Pedro de Lencastre, 3.º Marquês de Abrantes. Como a vendeu não sabemos, mas a casa foi rifada com toda a mobília, baixela de prata, porcelanas, cristais, roupas, museu, livraria, etc., segundo foi anunciado na Gazeta de Lisboa de 27 de Dezembro de 1791. Sem dúvida nenhuma que o reinado de D. Maria I foi para ele o início de uma tempestade muito grande. Seria maçom? Íntimo do marquês de Pombal isso com certeza que era. Por isso mesmo, não sabemos por que razões, teve graves pendências com o governo português até que, desgostoso ou obrigado, liquidou os seus bens e saiu de Portugal. O marquês de Marialva comprou-lhe a propriedade de Seteais enquanto o de Abrantes lhe adquiria a de Benfica. Este conservou-a bem tratada durante algum tempo, melhorou-a até, mas não sabemos se por falta de meios se por desinteresse, quase a abandonou, depois.

O marquês de Abrantes, já no fim da sua longa vida, não soube conservar a dispendiosa compra que fizera; palácio e quinta chegaram a grande decadência. Seu neto, D. Pedro, 5.º Marquês de Abrantes, em 1834, vendeu-os à infanta D. Isabel Maria que logo lhe fez grandes beneficiações e lhe acrescentou mais uma ala, modificando-lhe inteiramente o aspecto exterior pois a casa tinha duas facha-

das dando para um pátio nobre e, com esta terceira ala, este pátio passou a ser interior, e fechado por boa gradaria com porta de ferro.

A linda capela, restaurada há poucos anos, possuía alfaias preciosas que não desmereciam da sala de recepção ricamente guarnecida, como convinha a princesa que por duas vezes fora regente do reino. Muito rica, toda resplandecente nos seus doirados sobre fundo branco nos altares, paredes e tecto, é pequena mas linda.

Uma parte do palácio estava ocupado com um autêntico museu de História Natural, antiguidades e curiosidades que Devisme havia fundado ou coleccionado e o Marquês de Abrantes continuara. Muitos anos aqui residiu a infanta, filha de D. João VI e de D. Carlota Joaquina. Nasceu em 1801 e, portanto, não passava dos trinta e três anos quando comprou a quinta e palácio, que tratou com todo o entusiasmo e onde gastou muito dinheiro para o tornar residência condigna de uma princesa de Portugal.

Muito havia de passar e de viver aqui. Levada na crista das ondas políticas, esta boa senhora, pelos azares da sorte assumiu a presidência da Junta de Regência quando da enfermidade de el-rei seu pai, sempre prudente e bonacheirão. D. Carlota Joaquina estava bem viva mas foi afastada da governação do reino pois não era popular nem equilibrada. Mais tarde, por morte do rei voltou a ocupar a regência em nome de seu irmão D. Pedro IV e assim permaneceu na governação até que depôs os seus poderes nas mãos de D. Miguel.

Para uma princesa de trinta e poucos anos, a sua residência no palácio Devisme devia ser uma espécie de exílio dourado. Mas, dourado ou não, sem dúvida alguma que a casa era verdadeiramente nobre e confortável para a época. Mais tarde compraria a cerca do convento vizinho mas isso dá-nos assunto para outro capítulo.

Também desta propriedade encontramos nos *Livros das Almas* umas tantas referências que a seguir transcrevemos:

Em 1763, a Quinta de Baixo, ao pé de S. Domingos, estava a cargo do caseiro Filipe Dias.

De 1764 a 1769 a quinta junto ao convento tinha um caseiro e dois criados.

Em 1782 encontramos a primeira referência à *Quinta do Devisme* com os seus dez criados e em 1789 já são dezanove os servos da casa.

Em 1795 encontra-la mencionada como *Quinta do Marquês de Abrantes* mas ainda os seus proprietários apenas iriam lá passar o verão pois não se encontram registados como *fregueses*. E assim continuou até 1836, data em que a propriedade já nos aparece designada como *Quinta da infanta D. Izabel Maria*. Dois anos depois, cansada e desiludida das lutas políticas em que andara metida por

honra da firma, e em tempos calamitosos e revolucionários, e talvez ainda mais cansada por haver tido que aturar o general Saldanha e outros parecidos, passou a viver pacatamente no seu palácio, sempre acompanhada de umas tantas aias, entre as quais se contavam D. Maria das Dores Herédia, D. Margarida de Cortona Farrel, D. Maria Farrel, D. Ana Herédia e o venerável capelão Manuel José Trigo que há-de lançar mão à Irmandade de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> do Rosário do extinto convento de S. Domingos.

Este, ao mesmo tempo que faz assistência religiosa, serve de secretário à infanta numa casa onde viviam mais trinta e oito pessoas entre criados e criadas.

Por altura de 1853 a infanta começa a envelhecer, cada vez mais rodeada de gente piedosa; arranja uma grande capela improvisada numa sala, onde os actos litúrgicos se fazem com imensa pompa, tem dois capelães, os padres Manuel José Trigo e José António de Magalhães e nada quer com o clero liberal que absolutamente detesta e para tanto lá tem as suas razões.

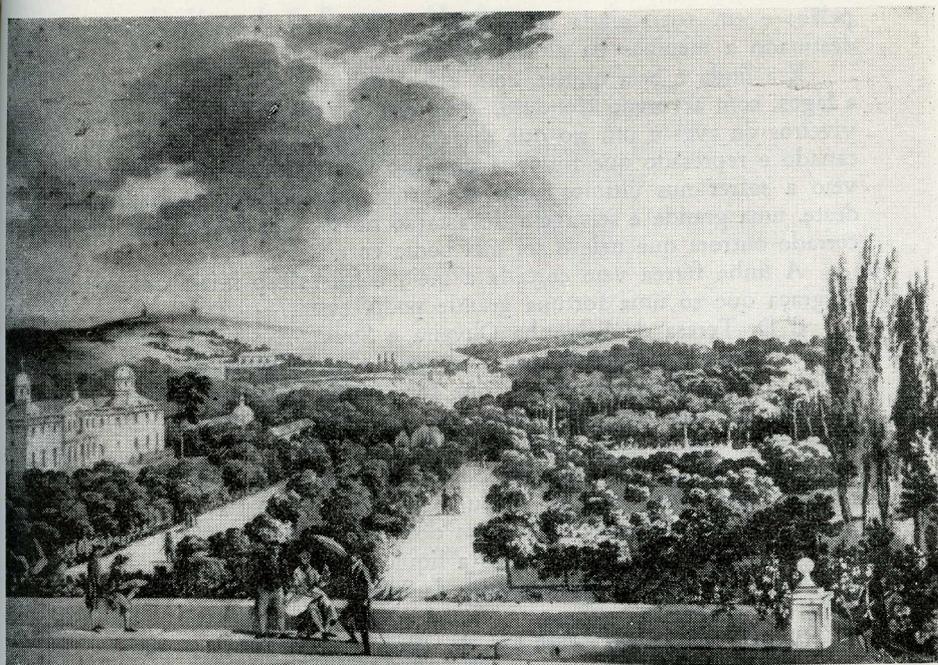
Na sua casa toda a gente se desobriga com imenso escrúpulo, quando a maior parte da população já nenhuma importância ligava a tal preceito.

Em 1857 ainda a infanta continuava rodeada pela sua imensa criadagem e no meio das suas aias: D. Maria do Resgate, D. Maria das Dores Herédia, D. Caetana Barreira e dos padres Agostinho da Anunciação e José de Magalhães. Este último, certamente porque falecera já, aparece-nos substituído pelo padre Inocêncio de Almeida Cabral, em 1864.

Já velhinha e adoentada, cheia de recordações, passeava amorosamente sob as magnólias e cedros. Muito teria a recordar dos tempos em que fora regente do reino, em plena mocidade, das lutas



A infanta D. Isabel Maria



Quinta de Devisme, em Benfica. À esquerda o palácio Devisme  
pintura de Noel

entre seus irmãos e da leviandade de sua irmã D. Ana de Jesus Maria.

E poderia também recordar a sua paixão por um tenente da nau Windsor Castle que por seu amor desertou em Lisboa.

D. João VI, em 1824, ali estivera com as infantas, e a linda princesa, extremamente nervosa e sensível, despertou no coração do jovem inglês um amor louco e impossível.

E toda a sua vida foi um autêntico romance: política, lutas, regência, absolutismo, constitucionalismo, maçonaria... E o seu belo espírito, profundo e religioso, no meio do lamaçal que então era a sociedade portuguesa!...

Quando, em 22 de Abril de 1876, pelas 15 horas, partiu deste mundo, voou para o céu a bela alma de uma santa princesa.

Depois da sua morte tudo levou uma volta muito grande e, em 1884, aparece-nos instalado no palácio o colégio de S. José, de D. Teresa de Saldanha Oliveira e Sousa, com 38 alunas pensionistas e mais 10 senhoras; em 1890, com 135 educandas e um ca-

pelão; e em 1910 ainda lá continuava instalado o mesmo colégio destinado a meninas da alta sociedade.

E a linda e bela quinta, com belos jardins cheios de estatuetas, e lagos, com arvoredo frondoso, «bosque», pomar e hortas, tanques, viveiros de aves e um rio que dividia a quinta, de tal maneira encanado e represado que formava um lago e alimentava uma cascata, veio a sofrer nos últimos anos do século passado e em princípios deste, uma grande e selvagem devastação no seu denso arvoredo tão cerrado outrora que nele o sol mal podia entrar.

A linha férrea veio cortá-la a meio e foi esse o início de uma desgraça que só uma fortuna grande podia evitar.

E D. Teresa de Saldanha Oliveira e Sousa, não tinha fortuna. O que herdara tudo vendera para comprar a propriedade que viria a dar às terceiras dominicanas de que fora fundadora. Viveu ainda o bastante para em 1910 ver passar para as unhas rapaces do Estado perseguidor aquilo que a ela tanto custara comprar.

Com efeito, D. Teresa de Saldanha (Rio Maior), à custa de imensos sacrifícios, pois o pagou com o produto da venda de uma propriedade que lhe coube em dote e uma hipoteca no Crédito Predial que demorou dez anos a liquidar, assim adquiriu o antigo palácio Devisme, que por morte da infanta D. Isabel Maria fora posto em praça.

Nascida em 4 de Setembro de 1837, pouco tempo depois da extinção dos conventos, veio a ser a fundadora das Terceiras Dominicanas quando ainda soprava, forte e implacável, o vendaval da perseguição às Ordens religiosas. Os conventos iam sendo transformados em quartéis e repartições, outros cabiam a certos corifeus da liberdade que os compravam em astas públicas fictícias, e outros caíam em ruínas.

Antes de mais nada, D. Teresa de Saldanha destinou o lindo palácio a colégio de Meninas de Sociedade. Arranjou-lhes professoras diplomadas e mestras estrangeiras para o ensino das respectivas línguas.

Naturalmente este Colégio de S. José veio a tornar-se afamado e visitantes ilustres passaram por ele, desde o Cardeal Patriarca D. José Neto, o Núncio, Bispos, ministros, jornalistas, capitalistas, nobres e a própria rainha.

Porque o arquivo desta casa veio a desaparecer como mais adiante diremos, talvez seja curioso o que dos Livros das Almas podemos respigar à cerca de professoras e alunas desta casa.

Assim, no ano de 1884, no Colégio de S. José encontram-se entre fundadoras, professoras e alunas, as seguintes pessoas cujos nomes nos damos ao trabalho de publicar:

D. Teresa de Saldanha Oliveira e Sousa

D. Maria José Barros e Castro

D. Maria Inês Champalimaut Duff

D. Maria de S. Domingos Marphy  
 D. Maria de S. Patrício Macguire  
 D. Maria de S. Agostinho Macguire  
 D. Maria Madalena Machado  
 D. Maria Imelda Bressano Leite Perry  
 D. Maria d'Assunção  
 D. Maria José Monteiro Soares d'Albergaria  
 D. Maria Rosa Joana Thiancourt  
 D. Maria de Jesus  
 D. Maria de S. Izabel e Oliveira Pinho  
 D. Leopoldina  
   Maria da Cruz  
   Maria de S. Miguel  
   Maria Columba Ferreira  
   Maria do Rosário  
   Maria das Dores  
   Maria de S. João  
   Maria de S. Vicente  
   Maria da Graça Torrinha  
   Maria de S. Bernardo Antunes  
   Maria de Santo Alberto  
   Maria de Santo António  
   Maria de S. Sebastião  
   Maria Clara Ramos  
   Maria de S. Luís Gonzaga  
   Maria de Santa Marta  
 D. Maria de S. Tomaz de Aquino Macedo  
   Filomena Ferreira  
   Custódia da Silva  
   Maria da Conceição de Jesus  
   Luzia Maria  
   Maria Luiza Martins  
   Maria Rosalina  
   Cecília Maria  
   Maria do Carmo  
   Ana Pereira  
   Maria Clara  
   Maria Rosa Leite  
   Maria Gonçalves Costa  
   Maria de S. Raimundo Fox  
 D. Maria Madalena Martin  
 D. Mariana Benedita  
 D. Maria da Madre de Deus Gonçalves  
 D. Beatriz Amorim  
 D. Virgínia Palma  
 D. Eva Mopert  
 D. Emília Lemarquis  
   Emitéria Maria Pais  
   Maria José Cardoso  
   Paulina da Graça

*Pensionistas:*

D. Maria Ana Pinto Soveral  
 D. Mariana Correia de Sá  
 D. Molly Pressler  
 D. Rosinda da Silva Fortes  
 D. Amélia Pinho

D. Maria Margarida de Veiga  
D. Cristina de Veiga  
D. Maria do Carmo Azevedo  
D. Maria Luísa da Câmara  
D. Beatriz da Costa e Silva  
D. Mariana Rosa Morais  
D. Miquelina Amélia Mendes Marques  
D. Adalgiza Gastão  
D. Orisse Gastão  
D. Maria da Assunção de Roure Casquilho  
D. Beatriz Lambert  
D. Ana de Amorim  
D. Inez da Silva Torres  
D. Josefa Sreet  
D. Helena Moura Borges  
D. Amélia Ribeiro da Silva  
D. Gabriela Moreira de Rey  
D. Maria da Graça Caupers  
D. Maria Luzia Fernandes  
D. Maria Judice dos Santos  
D. Maria Nazareth Furtado  
D. Elvira de Azevedo  
D. Maria Carlota Moreira da Câmara  
D. Henriqueta Pastor de Freitas  
D. Julieta Pinto Cardoso de Meneses  
D. Guilhermina Hintze Ribeiro Nunes  
Manuel Ribeiro da Assunção — *sacristão*  
Gertrudes Maria — *sua mulher*

Foi em 1884 que o Cardeal D. José Sebastião Neto, em visita ao Colégio de S. José lembrou a D. Teresa Saldanha a elaboração de uma Constituição para oficializar as Terceiras Dominicanas, e foi a partir de então que durante três anos no Colégio se trabalhou na Regra que só veio a ser aprovada pela Santa Sé no ano de 1900.

No ano de 1901, os ares eram turvos em Benfica e a casa foi apedrejada e ameaçada de assalto, o que, para gente da têmpera de D. Teresa Saldanha não contava nem exercia influência alguma.

Mas em 1910 a Revolução invadiu-lhe de gentalha a Casa. O arquivo foi totalmente roubado; as irmãs estrangeiras foram expulsas e as portuguesas postas fora de casa. Desde que vivessem sem hábitos e não rezassem em voz alta, podiam juntar-se às duas e três em casas de pessoas amigas.

Depois... ali foi instalado um Reformatório que ainda hoje lá continua...

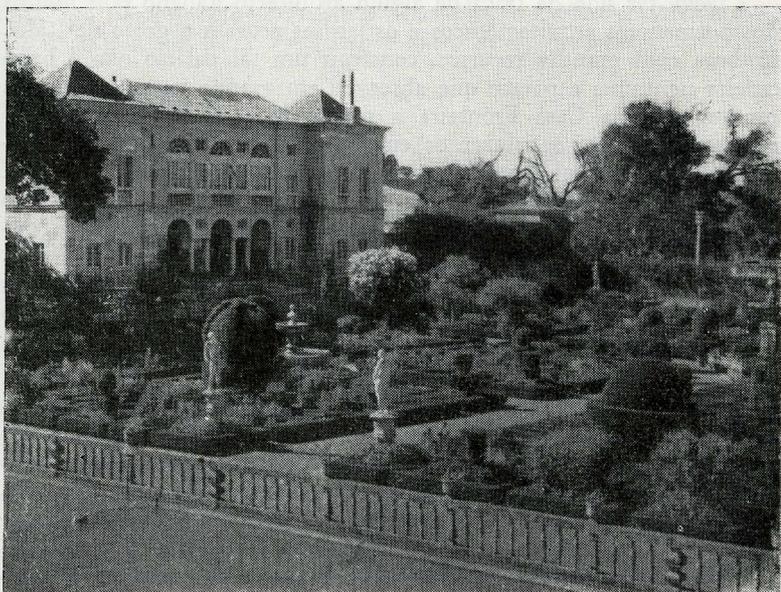
— ★ —

### **PALÁCIO FRONTEIRA**

Dando para o Largo nobre onde estão a Quinta do Marquês de Abrantes, a igreja e o convento de S. Domingos (hoje Instituto Profissional dos Pupilos do Exército), aparece-nos a formosa e no-

tabilíssima Quinta dos Fronteira, com um sumptuoso palácio, lindíssimos jardins, e pavilhões de grande beleza e valor artístico. Dos mais ricos palácios dos arredores de Lisboa, teve vida muito agitada no passado século XIX pois o seu proprietário, D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto, 7.º marquês da Fronteira, 5.º marquês de Alorna, 8.º Conde da Torre e 7.º Conde de Assumar, teve papel importante nas lutas políticas que agitaram a nação.

Foi seu fundador o 2.º Conde da Torre e 1.º Marquês de Fron-



Palácio Fronteira

teira (1632-1681) que o edificou em terras da Casa Mascarenhas, onde já havia uma construção com jardins e ermida. A linda capela actual data de 1584 e, anterior a esta, devia existir uma outra na qual, em 1451, S. Francisco Xavier, na véspera da sua partida para a Índia, celebrou Missa. (in *Cassiano Neves — Jardins e Palácios dos Marquezes de Fronteira* — pág. 17-29).

A terra existente, chamada o Morgado Novo foi em parte adquirida por vinte e seis contos — quantia muito grande para a época — «que haveria por uma quinta que chamam dos Lourejos que está junto ao convento de S. Domingos de Benfica, que é Quinta nobre». (in *Jardins... Cassiano Neves, pág. 17*).

Começando por ser uma simples, embora grande, casa de campo, a época da construção do palácio pode fixar-se entre 1671

e 1678 e logo surgiu majestoso. O seu fundador, um dos generais da Guerra da Restauração, viu-se cumulado de honrarias como aliás era natural. Vedor da Fazenda, Conselheiro de Estado, valentia, dinheiro, enfim com todas as condições naturais para uma vida em cheio, viveu-a, embora não fosse longa. A obra parece ter começado por um pavilhão de caça que o 1.º marquês mandou fazer para receber a visita de D. Pedro II. Esse foi o núcleo primeiro do palácio que depois começou a ser erguido.

Deve ter sido da traça de algum architecto italiano pois muitos dos pormenores architectónicos e os jardins acusam o gosto de Itália. Embora com grandes recursos, construir um tal palácio não é brincadeira nenhuma e parece que absorveu em grande parte os grandes rendimentos da Casa Fronteira a ponto de o 2.º Marquês pensar em vendê-lo para satisfazer os encargos da herança paterna. Felizmente escapou a tal destino, porque, arruinada a casa de Lisboa com o terramoto de 1755, a família veio residir para Benfica onde o palácio foi ampliado e tomou a sua forma actual. Melhorado extraordinariamente, depois de 1765, pelo 5.º Marquês de Fronteira D. José de Mascarenhas, que tinha sido simples minorista, cónego da Sé Patriarcal, depois desligado das ordens, para casar, pois seu irmão mais velho morrera sem descendência, assim veio a garantir a sucessão da Casa.

Ordinariamente eram os filhos segundos das famílias nobres que apanhavam as conezias da Sé Patriarcal. Anos passados, sendo apenas minoristas, e tendo vivido abundantemente com o benefício patriarcal, pediam dispensa e, deixando de ser clérigos, casavam-se. Este sistema tão discutível deu ocasião a algumas cenas pouco agradáveis. Enfim, tempos que esperamos em Deus, não voltarão.

Surgiu pois um palácio ainda mais grandioso, ampliado no decorrer dos anos até à sua forma actual, cujos jardins, galeria e cascata devem ser os mesmos do século XVII, em estilo italiano e hoje já em mau estado, infelizmente. Sobretudo os azulejos correm grave risco de perda completa.

Já neste século o palácio sofreu melhoramentos, restauros, transformações de dependências, feitos pelo 10.º Marquês de Fronteira D. José Maria de Mascarenhas, que em 1930 sucedeu a seu pai D. José de Mascarenhas. Pertence actualmente a D. José de Mascarenhas, nascido em 1943, filho do 11.º Marquês de Fronteira D. Fernando Penalva de Mascarenhas que morreu há poucos anos, desastrosamente, nos arrabaldes de Madrid.

Com três fachadas nobres, uma escadaria grandiosa, vastas salas, magníficos quadros a óleo, pinturas estupendas, jardins de sonho, tanques de mármore, estátuas em mármore de Carrara, a célebre varanda dos Reis e uma capela magnífica, seria falta grave passarmos adiante e não lhe dedicarmos mais umas páginas.

Comecemos pela capela e sirva-nos de guia o doutor Cassiano Neves na sua bela monografia sobre o Palácio e Jardins:

«Construída em 1584, tem a forma de cruz, é dedicada a N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> dos Desamparados (ou Nossa Senhora Porta do Céu, pedimos desculpa! Pelo menos é o que consta de uma relação paroquial do princípio do século XIX) em estilo renascença clássica, com uma pequena sacristia do lado do Evangelho e outra do lado da Epístola. À entrada, de cada lado da porta, dois grandes quadros a óleo, um de S. Úrsula e o segundo: o inferno. Tem um belo lambris de azulejo, um presépio atribuído a Machado de Castro e, de cada lado, dois altares, um de S. Francisco e outro de S. António.



Para a descrição rápida do palácio e quinta, pedimos vénia para seguir Norberto de Araújo em «Inventário de Lisboa», (fasc. VI, pág. 16 ss.). Rodeado a nascente, sul e poente por jardins e matas, apresenta três faces, a primeira voltada ao norte, sobre o pátio nobre e as do nascente e sul sobre os jardins.

No exterior do Palácio destaca-se o Portal com certa imponência, ao centro de um gradeamento que remata nos extremos por dois pequenos pavilhões quadrangulares de cobertura de pirâmide abatida. Tem em cada uma das ombreiras uma estátua mitológica. A Fachada do corpo setecentista, sobre o pátio, com três janelas ligadas por varanda corrida. O Pátio é adornado, ao centro, com o brasão dos Mascarenhas (três fchas em campo). Nas paredes dos topos que ladeiam o pórtico do átrio, duas fontes no fundo do Pátio, constituído por dois corpos laterais, cada um com duas sacadas de balaustres ligeiramente avançados de um corpo central formado pelo pórtico e por varandas superiores.

A Fachada do nascente tem uma traça sensivelmente igual à da frente principal, sobranceira ao jardim grande, com um rodapé de azulejos seiscentistas, holandeses, e um pórtico com três arcos apoiados em colunas de mármore. A Fachada sul tem na sua frente um passeio que remata com uma fonte.

Os jardins oferecem um grande interesse.

O Jardim Grande, ao gosto italiano, tem uma Balaustrada de mármore, cinco Tanques octogonais, doze estátuas de chumbo sobre plintos de pedra, vários Painéis de Azulejo seiscentista policromo, situados em muros e muretes laterais do jardim, representando os meses do ano, motivos pastoris, signos, planetas, elementos, etc. O Lago Grande, ao fundo sul do jardim, está defendido por uma balaustrada de mármore de Carrara e nele vemos 12 painéis de azulejo, na parede do fundo, representado cavaleiros flamantes, talvez generais dos tempos da Restauração, mais dois painéis de azulejo, nas paredes laterais representando também cavaleiros, à esquer-

da o marechal conde da Torre e à direita D. José de Mascarenhas, último duque de Aveiro.

A Galeria dos Reis, lançada do alto sobre o lago, tem duas escadas laterais guarnecidas de balaustradas de mármore.

Esta galeria tem uma preciosa guarnição de azulejos.

Ao fundo dela, os bustos de mármore de quinze reis, em nichos, começando no Conde D. Henrique e terminando em D. Pedro II, incluindo também o Infante Santo mas excluindo os três Filipes, mostram o patriotismo e nacionalismo arraigado da família Fronteira.

Uma segunda galeria, com acesso pelo lado direito da galeria dos Reis, tem bustos de D. João V, D. José, D. Maria I, e D. João VI.

O Jardim de Venus, a poente da Galeria dos Reis, tem um belo lago octogonal com três golfinhos sustentando uma enorme taça da qual sai a estatueta de Venus, a «casa de fresco», num recanto do jardim, toda forrada interior e exteriormente por azulejos belos, e o lago dos SS, situado em frente da «casa do fresco», circundado por dois bancos todos revestidos de curiosos azulejos seiscentistas, policromos.

No interior do palácio, o átrio, escadaria e patamares têm bom azulejo, estatuetas, etc. Das salas destacam-se a Sala das Batalhas, a mais bela, com um silhar de azulejos seiscentistas de alto valor, constituindo oito painéis com as batalhas da Restauração e um painel representando, a cavalo, o fundador do palácio, herói da Guerra Peninsular. Catorze baixos relevos representam membros da família Mascarenhas.

A Sala dos Painéis tem um tecto abobadado com medalhões a fresco e ornamentações de estuque.

A Sala de Jantar, tem frescos de Pedro Alexandrino e silhares de azulejos setecentistas com cenas campestres e de caçadas.

Não vamos entrar em mais pormenores, nem descrever as obras de arte nelas reunidas.

Apenas uma ligeira referência à Biblioteca com preciosos volumes dos séculos XVII e XVIII e velhos manuscritos que fariam a delícia e orgulho de qualquer bibliófilo verdadeiro.

O Terraço da capela, dominando o jardim de Venus, tem nove estátuas de mármore, em tamanho natural, dois painéis de azulejos, uma série de medalhões em faiança e, ao topo, um belo alpendre que serve de adro à pequena capela.

Já dissemos que, na primeira metade do século XIX, este belo palácio passou a ser um intenso centro político pois o seu proprietário se deixou largamente envolver na agitação política e social da época. Liberal de quatro costados, o simpático Marquês D. José Trazimundo deixou-nos preciosas memórias, boas não só para podermos avaliar da agitação política de uma época e das suas correntes

ideológicas, mas também por nelas nos dar preciosas achegas para uma pequena monografia sobre Benfca.

Consultando os *Livros das Almas* podemos saber que em 1755 a casa estava entregue a um criado «Maxado» que na quinta vivia com mais 5 pessoas. No ano seguinte, por causa do terramoto, já nela está instalado o marquês D. Fernando José, a marquesa e mais 52 pessoas, e em 1763, viviam no palácio os Marquesses D. Fernando José, já então viúvo de sua esposa D. Helena de Lencastre, 41 criados, 3 escravas e António Borgi, italiano.

Para alguém a quem estes pormenores interessem anotamos que, segundo os *Livros das Almas* da paróquia, em 1764 vivia no palácio o marquês D. Fernando José com mais trinta familiares, um entrevado, um estrangeiro e um pobre.

Em 1766, por morte do marquês que não havia deixado descendência, ocupava o palácio seu irmão o cónego D. José Luís de Mascarenhas que herdara todos os haveres da casa, e mantinha a mesma numerosa criadagem.

Por isso, em 1766, já encontramos a seguinte anotação:

«Quinta que foi do Ex-Marquês de Fronteira» e nela vivia o «Ex-Cónego D. José de Mascarenhas — tem hospício em Lisboa». Serviam a casa vinte e oito criados.

Em 1770 já nos *Livros das Almas* D. José Luís é tratado por marquês mas ainda vive só com a criadagem. Trata já da dispensa que lhe virá a ser concedida, como aliás a tantos outros filhos segundos de gente nobre a quem era conferido o benefício chorudo do canonicato da Sé Patriarcal. Simples minoristas, havendo recebido ordens menores apenas para poderem gozar dos benefícios eclesiásticos, mais tarde pediam a necessária dispensa para abandonar a vida clerical e contraírem matrimónio como já foi dito.

O mesmo aconteceu com o marquês D. José Luís mas este tinha um motivo fortíssimo para alcançar a dispensa: a continuidade da Casa Fronteira, pois seu irmão havia morrido sem deixar descendência.

Em 1172 encontramos a seguinte nota:

«Ex Marquês de Fronteira D. José Luís de Mascarenhas e sua esposa a Ex-Marquesa D. Mariana de Vasconcelos que se desobrigou em S. Domingos por estar doente».

Por essa altura o pessoal era constituído por 47 criados e mais o capelão padre Luís Pedro e o bacharel José Ferraz Tinoco de Menezes. Em 1789, a família já estava acrescentada com mais um filho, o futuro marquês D. João José que viria a morrer em plena juventude. Neste ano 46 criados e o capelão padre Manuel Caetano viviam à sombra de seus senhores.

No ano de 1806 só ali vivia a triste viúva, marquesa de Fronteira, chorando a morte de D. João José, ao mesmo tempo que suas irmãs D. Henriqueta e D. Luísa Leonor, nos anos seguintes, se esfor-

çavam por mostrar que não vale a pena chorar, que esta vida são dois dias, e enquanto o pequeno marquês de Fronteira D. José Trazimundo fosse um miúdo é que valia a pena viver a vida com oficiais franceses ou ingleses, ocupantes ou libertadores, delicados ou brutos, isso não importava desde que houvesse música, passeios e dança.

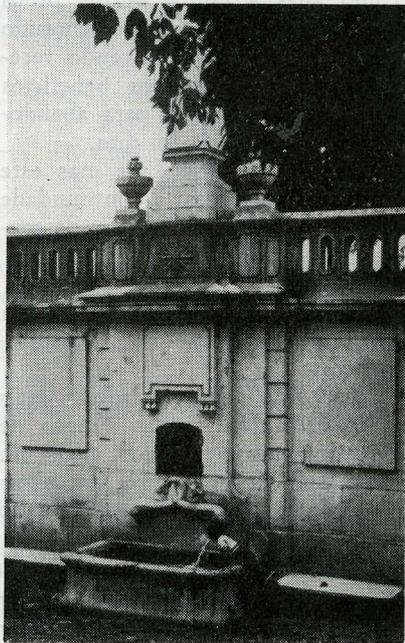
Em 1812 o *Livros das Almas*, mostra-nos no palácio o menino marquês, seu irmão D. Carlos, o capelão padre Francisco António de Miranda, futuro abade de Midões, as célebres tias e uns 51 criados.

Em 1834, dadas as vicissitudes políticas de então que obrigaram o marquês a emigrar, a casa aparece-nos nas mãos de criados, mas logo a partir de 1848, a casa de novo abriga os seus senhores: o marquês e sua esposa D. Maria Constança da Câmara. A marquesa mãe, D. Carlos que foi comandante da guarda municipal, D. Maria de Mascarenhas e D. Maria Leocádia, os marqueses e todos os criados, apesar da descrisianização progressiva da paróquia, desobrigavam-se exemplarmente todos os anos.

Rodam os tempos e, em 1861, no palácio vivia apenas o marquês já viúvo, roído de saudades, os condes da Torre, D. Maria Leopoldina e 28 criados.

Em 1884 continuam no palácio os novos marqueses de Fronteira. Em 1905 nele vivia D. José Maria de Mascarenhas, com 51 anos.

— ★ —



### CHAFARIZ DE S. DOMINGOS DE BENFICA

Com o seu encanamento feito até ao aqueduto geral e mandado construir por Gerard Devisme, rico negociante e capitalista estabelecido em Lisboa, que mais tarde liquidou aqui os seus haveres porque se não sentiu bem com o regime de D. Maria I, parece dever a sua existência ao facto do inglês não dar ponto sem nó e de pretender assim, a pretexto de serviço público, arranjar água necessária para a sua linda propriedade que, com os seus jardins, terras de cultivo e lagos, devia beber dela em grandes quantidades.

Porém nem sempre as coisas correm segundo os nossos desejos e cálculos e, mesmo depois da obra feita, esteve sem água até 27 de Março de 1787, data em que, por Alvará, ao chafariz foi concedido um anel de água, com a condição de que, quando ela faltasse, seriam preferidos os chafarizes de mais necessidade. Claro que Devisme alcançou então os sobejos que pretendia e que mais tarde passaram para o marquês de Abrantes e depois para a Infanta D. Isabel Maria, que se sucederam na posse do palácio e quinta.

— ★ —

### CHAFARIZ DA DAMAIA

Perto do outrora tão pitoresco e hoje tão populoso lugar da Damaia, passa o Aqueduto das Águas Livres por cima de dezanove arcos. Também a Estrada, que sai de Benfica para o mesmo lugar, passa por baixo do terceiro arco, da parte do noroeste. No pègão deste arco, ao lado direito, está o chafariz, mandado fazer por despacho da Direcção, em 1 de Março de 1826. Não tem ornamentação especial a bica. Apenas lhe fizeram o roço pela cantaria abaixo e, em altura conveniente, meteram-lhe um toco de pedra com seu tubo de ferro por onde corre a água. Faz frente a sudeste. Tem um tanque largo de 3 palmos e  $1/4$ , de comprido 10 e de altura 3 polegadas. Por despacho da mesma direcção, datado de 7 de Janeiro de 1831, os sobejos foram para a quinta de uma D. Josefa, moradora ali próximo. (*Memória sobre Chafarizes, Bicas... Veloso de Andrade — pág. 97*).

— ★ —

### QUINTAS NA DAMAIA DE CIMA

#### QUINTA DA DAMAIA

Dela só temos notícia da gente boa que ali viveu e que na paróquia teve sempre bastante influência.

Em 1750 nela vivia o tenente Manuel Vieira com uma sobrinha Catarina Vieira, mais seis criados e duas escravas. Cinco anos depois já o dito Manuel Vieira ganhara a patente de capitão e ali continuava a viver, agora com dois sobrinhos e a criadagem muito aumentada em número.

Em 1765 nos Livros das Almas apenas se menciona a dita Catarina Vieira com mais seis criados pois o capitão havia falecido. No ano seguinte já se encontra a seguinte designação trágica: «Quinta que foi do capitão Manuel Vieira», mas a sobrinha lá continuava a viver e agora com mais pessoal: onze criados, uma escrava, uma preta forra e um caseiro.

Em 1772 aparece-nos a mesma Catarina Vieira, mas já casada,

embora com o marido ausente havia vinte meses, vivendo com uma prima que lhe fazia companhia, mais seis criados, seis escravas e um moleiro.

Em 1812 nela vivia o capitão Domingos Duarte Vieira, lavrador, e sua cunhada D. Josefa Maria Bauto, que em 1834 ainda teimam em viver e, apesar dos tempos agitados e maus, juntamente com toda a criadagem, agora de dez pessoas, se desobrigam escrupulosamente. Personagem importante, nobilitado com o título de Visconde de Beire, foi também juiz da Irmandade do SS., de 1831 a 1833.

Em 1840, D. Josefa Maria Bauto aparece-nos como viúva, vivendo na Quinta com Matias António Vieira, seu sobrinho e mais dois criados e três criadas.

Só em 1842 é que aparece a mesma D. Josefa como cabeça da casa onde vive com seu sobrinho e quatro criadas.

No ano de 1843 da casa já ninguém se desobrigou, nem os senhores nem os criados. Apenas os caseiros tiveram esse cuidado. Mau sinal...

— ★ —

### QUINTA DO CONDE DA LOUSÃ

Na capela desta quinta, todos os anos se realizava uma grande festa promovida pela confraria de Nossa Senhora da Conceição da dita capela. Por todas as redondezas a festividade dava imenso brado e atraía muita gente mais disposta a divertir-se do que a rezar.

Como a capela servia para o povo, o capelão era pago por finta voluntária recolhida entre todos, ficando a cargo do conde proprietário o pagamento da missa diária que se juntava à quantia da finta e assim, por ordenado maior, mais fácil seria encontrar clérigo para servir a capela e o povo.

Em 1813 só nela viviam os caseiros. O seu proprietário andava metido em altíssimas lides políticas de que havia de sair com alto brilho e muita honradez, embora ministro da Fazenda.

— ★ —

### QUINTA DO MARQUÊS DE ALVITO

É em 1834 que nos aparece na Damaia de Cima o Marquês de Alvito que logo em 1835 encontramos nos Livros das Almas com a seguinte nota:

«Marquesa de Alvito; Ângela e Teresa, sua aia; Maria José; Jerónimo José; Francisco; um mordomo; sete criados...»

— 408 —

Todos se desobrigaram.

Até 1837 tudo corre normalmente e não há alterações na relação paroquial. Em 1840 já nos aparece uma relação diferente:

Marquês D. José e D. Isabel e os mesmos criados» mas já ninguém da casa cumpre o preceito da desobriga.

Em 1841 — Marqueses D. José Plácido Quaresma da Silveira Lobo, com quatro criados. A marquesa morrera em Março deste ano. |Por isso nem ela nem a aia já constam da relação paroquial. Do seu funeral encontramos a nota de que o coveiro recebera 600 reis «*in Liv. 6 — pág. 68 — Cart. Par.*».

Como simples curiosidade anotaremos que em 14 de Janeiro de 1829, durante o reinado de D. Miguel, foi preso um tal António Joaquim que havia sido visto a entrar em casa do Cônsul do Brasil, coberto com um capote debaixo do qual levava um saco encarnado. A saída o nosso homem mais pretendia ocultar o saco debaixo do capote, mas as malditas borlas da saloia sacola denunciavam-no pois se viam mesmo ao longe. Apanhado numa casa da Rua dos Mouros, seguiu o captor com uma certa docilidade que se lhe acabou quando passava à esquina da Rua de S. Marçal, pois largando o capote desatou a correr enquanto gritava «a mim é que não me levas preso».

Agarrado ao saco com unhas e dentes, e talvez por isso mesmo, foi apanhado na Rua de S. António, graças ao auxílio de um soldado voluntário que o filou e conduziu a casa do Intendente Geral da Polícia onde lhe foi aberto o saco e se viu que levava cartas e propaganda liberal. Interrogado e apertado, o mais que se lhe conseguiu arrancar é que estava ao serviço de Marçal José Ribeiro havia sete semanas e que, por sua ordem, levava e trazia recados ao cônsul do Brasil.

Entre a correspondência e papelada apreendida no saco, estava uma carta dobrada com fecho preto de Lacar com sinete e armas e com sobrescrito assim endereçado:

«Il.<sup>ma</sup> Senhora Marquesa de Alvito, D. Rita, m<sup>o</sup> m<sup>a</sup> Snr<sup>a</sup> Vossa<sup>a</sup>»  
e outra para:

«Ill.<sup>a</sup> Snr.<sup>a</sup> D. Joanna Patronilha Lodi»

Pelos vistos entre tanta gente pacata e piedosa da paróquia, também já por aqui havia outra metida em andanças políticas e sarilhos revolucionários.

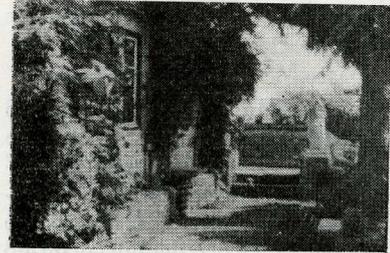
Uma Lodi veio a casar com o liberal conde de Farrobo mas o marquês do Alvito serviu sempre D. Miguel.

## CASAL DE MONTIJOS OU QUINTA DAS TORRES

Foi deixado ao Real Mosteiro de S. Dinis de Odivelas pela freira D. Maria Madalena Ferreira. Embora no arquivo do convento não existisse o documento de doação, ele era o legítimo proprietário pois

esta casa religiosa tinha o privilégio de herdar os bens das suas monjas, sem embargo de qualquer lei em contrário, concedido pelo seu fundador el-rei D. Dinis e confirmado pelos seus sucessores.

Acerca desta propriedade e velha quinta cheia de tradições, existe o seguinte documento que nos pareceu bastante interessante:



«Avelino Eduardo da Silva Matos e Carvalho, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, Tabalião público de Notas, nesta Cidade de Lisboa, por Sua Majestade Fidelíssima que Deus guarde. Certifico que me foi apresentado um Livro encadernado que tem na lombada o seguinte: — Confirmações — Régias —; e na página primeira o título do teor e forma seguinte:

### Título

Memória para a história das Confirmações Régias neste Reino, com as respectivas provas coligidas pelos discípulos da Aula da Diplomática, no ano de mil oitocentos e quinze para mil oitocentos e dezasseis, debaixo da direcção dos Lentes, proprietários e substitutos da mesma Bula — Lisboa. Na impressão Régia. Ano de mil oitocentos e dezasseis — Com licença — Lugar das armas reais.

... do dito livro, e dele me foi pedida por certidão que se acha das páginas trinta e uma até trinta e seis, e é do teor e forma seguinte:

Cert. de f. 31 até à 36

Número dez — Em nome de Deus, Amen. — Que sobre todas as coisas é Poderoso; Padre e Filho e Espírito Santo; três Pessoas e só um Deus, que nem houve começo, nem haverá fim. Saibam todos

quantos esta carta virem, como eu Dom Diniz, pela graça de Deus Rei de Portugal, e do Algarve, conhecendo muito bem, e muitas mercês que recebi do Nosso Senhor Deus em este mundo; contando receber mais no outro... por onde eu em sua honra e da Virgem Santa Maria Sua Madre, e de São Dinis, em cujo dia nasci, e que tenho por meu Padrom perante Deus, e em remimento dos meus pecados, dou a dono, e faço carta de doação, em guiza que nunca a possa revogar, a D. Hurraca Pais, abadessa, e às outras abadessas, que depois dela forem no Convento das Donas do meu Mosteiro de San Diniz de Odivelas, que é no Bispado de Lisboa, de todos os meus casaes e herdamentos e possessões que eu hei na Pimenteira, na do Granjeiro, e na Junqueira, e na do Massario, e na que chamam MONSANTO, e em Pecinas, e na de Paay Corocho, e no Cano, e no Penedo, e no Barro; os quais casaes e herdamentos, e possessões, são no meu reguengo d'Algés de Riba Mar, de par de Lisboa, de que a mim dão o quarto de todas as coisas que aí há; e mando que o dito mosteiro os haja livremente, e sem contenda, assim como eu os havia e de direito podia e devia haver com todos os seus direitos e pertenças, montes, e fontes e herdamentos... salvo dois almargens que aí há, um no Pecinas, e outro no Cano, que não dão pão, nem tiraria d'aí o Mosteiro proveito; e o prado que aí houver... para os cavalos meus e dos Reis que depois de mim forem em Portugal; e não se entenda que é vã esta doação, e logo remito e talho de mim todo o direito e senhorio que nos ditos casaes e herdamentos ei, e de direito deva haver, e ponho-o logo cumpridamente no dito Mosteiro aqui adeante para todo o sempre, salvo os ditos dois almargens por tal preito, e só tal condição, que d'aqui adeante para todo o sempre a Abadessa que for no meu Mosteiro... cinco... capelães frades do Mosteiro de Alcobaça, de cuja Ordem são as Donas desse meu Mosteiro, ou doutro mosteiro do meu senhorio, que seja desta Ordem, se lhos o Abade d'Alcobaça não quizer ou não poder dar, e estes cinco frades não sejam do conto dos outros frades que aí estão ou estiveram no meu Mosteiro de Odivelas, mais que estes cinco frades cantem e digam cada um dia cinco missas por minha alma em lembrança das cinco chagas e da morte que Nosso Senhor Jesus Cristo recebeu por mim, e por todos os outros pecadores salvar, e digam e rezem por mim cada dia no Mosteiro todas as Horas Canónicas, com os outros frades, e deem-lhes do Mosteiro seu governo e sua mantença e que os... sirvam em aquela coisas (?) que derem aos outros frades que aí estão ou estiverem por razão do Convento, e eu mando-lhe logo dar muitos bons leitões de liteira em que durmam; assim lhos mantenham a abadessa, o Convento d'aqui em deante e dêem a cada um destes cinco frades em cada um ano, por dia da Ressurreição, vinte libras em dinheiro, e não lhes tolham, nem ninguém ouse nenhuma coisa por algum dizer amigo que por maior podem haver suas vestiarias; e porque por algumas

vezes mingue governo e manutenção, a Abadessa e as Donas e aos frades que aí estiverem por razão do Convento não tenho por bem que a estes cinco Frades mingue... mais tenho por bem, e mando que lhes dêem todas assim como quando hei a vossa abundança que por isto lhes dou as restantes herdades, e possessões por que se bem podem manter, e muito maior para lhes não minguar o mester houverem, que eles não o hão-de ir ganhar, nem pedir a outras partes, se assim bargue o serviço de Deus, que por mim hão-de fazer; e cada que acabar cada um deles sua Missa deve dizer aos que aí entrem...»

E o testamento continua insistindo com os sufrágios por sua alma e por alma de el-rei D. Afonso seu pai e de todos os reis e infantas e infantas de Portugal.

Por este testamento se vê que todas as terras de Monsanto até à margem do Tejo, à volta de Algés, pertenciam ao rei e que algumas destas foram doadas ao mosteiro de Odivelas. Como é que, depois, passaram de novo para outras mãos isso é que não é fácil de averiguar nem talvez valha muito a pena.

O foro que pertencia ao convento de Odivelas constava de cento e dez alqueires de trigo bom, limpo à pá e vassoura, pago em dia da Senhora de Agosto e mais dois carneiros, duas galinhas e uma dúzia de queijadas pagos pela Páscoa. Foi remido por Dona Ana Gertrudes lá por meados do século passado quando os conventos ainda existentes e as Irmandades foram obrigadas a vender os seus foros e a transformá-los em títulos da Dívida Pública que, passados anos, valiam pouco mais do que nada.

Em nosso poder temos um documento que reza assim:

«Recebi da Ill.<sup>ma</sup> Senhora D. Ana Gertrudes da Fonseca Noronha Foyos noventa e quatro e meio alqueires de trigo, dois carneiros, duas galinhas e doze queijadas pelo foro de seu Casal denominado de Montijo de que paga anualmente o referido acima vencido em Agosto e Páscoa de mil oitocentos e trinta que paga a este Real Mosteiro. Odivellas 21 de Julho de 1840. D. Francisca Rosa da Fonseca Abb.<sup>a</sup>.

e outro que a todos sobreleva em curiosidade e já atrás ficou em fotogravura:

«N.º 339

Ill.<sup>mo</sup> Estêvão Gonçalves Torres morador na Quinta do Montijo Freguesia de Benfica ... apresentou uma dúzia de cabeças de Pardal, na conformidade do Edital de 29 de Dezembro de 1835. Meza d'arrecadação dos Impostos Municipais, 27 de Abril de 1853.

Pagou deste vinte reis. Costa e Silva. Reg.º a fol. 98».

Em princípios do século XVII, devem ter sido proprietários do Casal Cosme Dias e Joana Fernandes. Esta hipótese é baseada nos sufrágios a que, em meados do século, eram obrigados a proprietária de então, Maria Diniz e seu filho o capitão António Dinis, de Montijos, que, em 1684, não sabemos porque razão mas talvez porque lá tivesse uma propriedade melhor ou para melhor cuidar das terras que para esses lados também possuísse, vivia em Loures.

Por morte de Maria Dinis, o casal, pertença de seu filho, passou depois para as mãos de Manuel Lopes Falcato que pouco tempo o possuiu pois logo em 1685 nos aparece um novo proprietário: um Leonardo João.

É do «Livro da Táboa das Missas...» que nós podemos tirar estes dados curiosos, mas a partir dos princípios do século XVIII já mais facilmente nos é possível seguir a vida do Casal de Montijos pois começam a falar os Livros das Almas.

Em 1703 continuava a nele viver Leonardo João com sua mulher Margarida João, duas filhas: Maria e Domingas e mais dez trabalhadores e criados. No mesmo casal vivia ainda, noutra habitação um António Jorge, sua mulher Antónia João, mais três filhos e um escravo.

Em 1722 o resistente Leonardo João continua a viver no Casal, mas já nos aparece, como membro da família, um padre Manuel Leonardo. Em 1755 continua ali o mesmo Leonardo João desta feita casado com Teresa Pedrosa e ainda acompanhado por sua mãe Domingas Leonardo, pelo padre Manuel Leonardo, a irmã Maria Leonarda e mais quatro moços.

Em 1756 aparece-nos a viver no Casal, António Ribeiro da Silva, acompanhado por sua mãe Maria Teresa Xavier, o padre António Ribeiro da Silva, mais dois familiares, dois criados, dois escravos, e um sobrinho.

Em 15 de Agosto de 1765 era enfiteuta do mesmo casal o Reverendo Doutor António Ribeiro da Silva, clérigo do hábito de S. Pedro, que nomeou em segunda vida sua mãe Maria Teresa Xavier. Esta, como aliás era de esperar, veio a falecer antes de seu filho. Por isso mesmo, o mesmo reverendo doutor, em 13 de Novembro de 1775, nomeava, também em segunda vida, sua irmã D. Leocádia Luísa Rosa da Silva como herdeira universal dos seus bens. Por sua vez esta escolheu para sua herdeira D. Josefa Joaquina de Noronha e Foyos deixando-lhe o prazo de Montijos que era constituído por casa, quinta e casal, tudo foreiro ao convento de Odivelas como atrás vimos.

Esta proprietária que veio a casar com Máximo Francisco da Fonseca e Gouveia, por sua morte ocorrida em 11 de Julho de 1812, deixou o prazo a sua filha Dona Feliciano Celestina da Fonseca Noronha e Foyos que poucos anos gozou da propriedade pois veio a

falecer em 23 de Agosto de 1818, passando a posse para sua irmã Dona Ana Gertrudes da Fonseca Noronha e Foyos. Por morte desta senhora, casada com Estêvão Gonçalves Torres, o prazo passou para sua filha Dona Amélia Augusta da Fonseca Torres que veio a morrer em 9 de Setembro de 1899, com sessenta anos, deixando a propriedade a sua prima e afilhada Dona Laura Amélia da Fonseca Noronha e Foyos de Figueiredo casada com o senhor Albino Martins de Figueiredo, actuais proprietários do Casal de Montijos que, a partir dos meados do século passado, passou a ser designado pelo apelido das suas proprietárias: Casal ou Quinta das Torres.

— ★ —

## CASAL DO MERCADOR

Também na Damaia de Cima, ali viveu em 1702 uma Catarina Vicente, viúva, com seus filhos. Em 1723 pertencia a António Álvares que nele residia com sua esposa D. Maria da Conceição. Esta, em 1732, já estava viúva e, em 1735, nos Livros das Almas encontramos a nota de que ali vivia com seus filhos Manuel Álvares, Catarina e Maria. Deviam passar bem, pois tinham a servi-los duas escravas e sete criados.

Em 1750 Manuel Álvares aqui vivia com sua esposa D. Antónia Joaquina e mais oito criados, duas escravas e quatro escravos. Este Senhor devia prosperar cada vez mais, pois em 1763 aparece-nos já como «capitão», vivendo com sua esposa e mais seis filhos, seis criados, três escravas e um outro filho, Tomás Álvares de Cantuária, clérigo «in minoribus». Em 1764 aparece-nos a nota de que os filhos em idade de desobriga já são oito: quatro rapazes e quatro meninas.

Em 1782 aparece-nos já viúvo o pobre capitão. Vive no casal com quatro filhos, cinco criados, um escravo e um capelão, o padre José António, pois a propriedade tem uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição.

Em 1795 o casal pertencia a Bartolomeu Álvares que ali vivia com sua esposa D. Rita e mais dez criados. Por alturas de 1806 chegou a vez do capitão António Teodoro Álvares e sua esposa D. Vitória Maria da Conceição que eram servidos por oito criados.

E, por alturas de 1842, em plena euforia liberal, encontramos a viver no Casal D. Cândida Rosa Álvares com seu marido Paulo Roiz Monteiro e mais três filhos mas já nenhum deles se desobrigava.

Os tempos iam maus mesmo para uma simples vida cristã.

— 414 —

## QUINTA DO OUTEIRO

Julgamos ser esta a quinta que em 1703 nos aparece designada por «Quinta do Marquês ou do Cuncolin».

Nos Livros das Almas nunca encontramos os nomes dos proprietários mas apenas os dos caseiros que nela viviam.

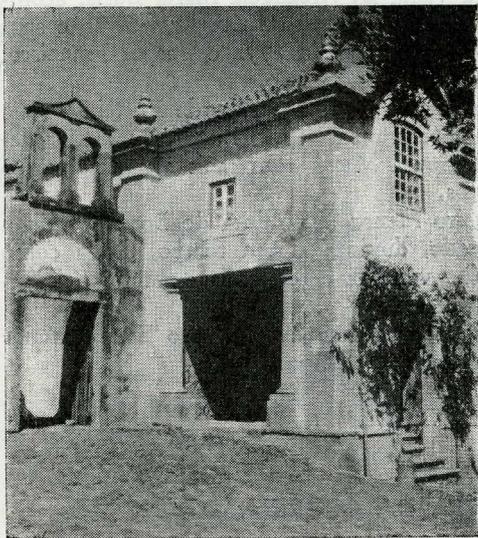
Em 1764 aparece-nos designada por «Quinta do Capitão do Outeiro», sempre a cargo de caseiros. Neste ano vive ali também o padre Manuel de Carvalho, capelão da ermida de Nossa Senhora dos Prazeres da mesma quinta. Um caseiro, um carreiro, um escravo, um mulato e uma quantidade de criados completam o pessoal da casa que inclui um mestre de meninos, José Caetano da Silva e sua esposa D. Maior Mendes.

No ano seguinte, o capelão da ermida

passa a ser o padre Manuel Fernandes Trigo que também faz as vezes de administrador da casa e olheiro de criados. Por alturas de 1769 aparece na quinta um caseiro italiano, Hierónimo André. E no decorrer dos anos aparecem-nos sempre os capelães à frente da casa, sinal de que os senhores apenas viriam passar o verão à quinta.

Em 1811 a quinta pertencia a Francisco José Maria de Brito.

O orago da capela, festejado anualmente na segunda feira depois do domingo de Pascoela, tinha grande festa com missa cantada e sermão.



Capela da Quinta do Outeiro

Como é de supor, à volta da capela armava-se um grande arraial que, como todos os das redondezas, era sempre muito concorrido.

### QUINTA DO ESTRIBEIRO MENOR OU DO BOSQUE

Situada na Porcalhota de Cima veio a pertencer em 1756, ainda denominada Quinta do Galvão, a D. João de Sousa Mexia que ali morava com D. Luzia Maria e D. Arcângela. Como família importante que era, pesava muito na vida paroquial e as senhoras da casa estavam sempre metidas em trabalhos de colaboração com a paróquia.

Em 1763 ali vivia João de Sousa Mexia e D. Luísa Maria de Origny Galvão sua esposa, mais D. Arcângela Maria Luzia, sua mãe, D. Francisca Paula Mexia Galvão, Lourenço Anastácio Mexia Galvão, o capelão P. Estêvão José Carriço, o letrado António Maria Francisco e mais 17 criados e ainda 11 criados e escudeiros de el-rei.

Em 1766 quem mandava na casa era Lourenço Anastácio Mexia Galvão, estribeiro menor, solteiro, que ali vivia com sua mãe D. Luísa Maria e uma legião de criados. Seu pai havia deixado esta pobre terra e o seu lugar ao filho.

Tinham 10 criados, 1 caseiro, 1 escravo, e mais 10 criados de S. Majestade. O capelão era D. Miguel Gomes de Faria.

Em 1769 ainda vivia a velha D. Arcângela Maria Luísa, acompanhando sempre a viúva D. Luísa Maria de Origny Galvão e seus dois filhos José Epifânio que morreria em 1772 e Gaspar Francisco. Tinha uma ermida dedicada a Santo António.

Na casa havia 14 criados e mais 3 de Sua Majestade El-Rei.

Mais tarde, em 1806, habitavam a casa o II.<sup>mo</sup> Rui Galvão Mexia e Francisco Galvão de Sousa Mexia com mais 22 pessoas e o capelão Padre José de Matos.

Esta quinta do Estribeiro Menor, ou quinta do Bosque, veio a ser adquirida pelo Patriarcado, durante algum tempo, usada como casa de retiros e, mais tarde, vendida e retalhada em lotes destinados à construção de novas casas.

João Galvão Mexia de Mascarenhas foi chefe do Estado Maior General do exército legitimista de D. Miguel.

### QUINTA DA CORREIA

Pertencente em 1750 a Gaspar Mendes Castanho que ali vivia com D. Ana Henriques e o Dr. António Tavares e mais 10 criados e três escravos, já em 1763 apenas era habitada pela sua viúva D. Catarina Henriques Moreno, com os filhos: Dez.<sup>dor</sup> António Tavares, D. Helena Ricardo de Almeida e D. Maria Tavares de Almeida mas só com dois criados.

Em 1772, o Dez. António Tavares de Almeida, ainda solteiro, vivia ali com suas irmãs e criadagem.

Em 1782 já só ali morava D. Maria Teodora Mendes Castanho, solteira, e o desembargador António Tavares de Almeida, seu sobrinho, vivia em S. Tomé, de Lisboa.

No ano de 1806 estava na Quinta o Dez. António Tavares de Almeida e sua esposa D. Rosa Joaquina da Purificação.

Ainda em 1840 ali vivia Francisco Tavares de Almeida com sua esposa D. Maria Luísa Sousa de Almeida e mais dois criados. Estes já não cumpriam o preceito da desobriga nem os criados. Só uma criada o fazia.

— ★ —

### QUINTA DA BRANDOA

Em 1756 morava nela o desembargador Luís Manuel de Oliveira, com D. Leocádia Maria Joaquina, José Manuel de Oliveira, o padre Manuel Caetano e mais 26 pessoas entre criados e familiares. Tinha uma ermida dedicada a Nossa Senhora da Conceição. Pelo menos a partir de 1763 a quinta passou a estar entregue ao cuidados de um caseiro e tinha, ordinariamente, mais uma criada, um abegão e um tratador de bois.

Só a partir de 1836 encontramos os senhores a viver na quinta e são eles Henrique Pinto de Mesquita e D. Catarina Antónia Nogueira e Matos, que em 1842, já está viúva e ali mora com seus filhos D. Francisca Adelaide e Diogo Pinto e mais duas criadas.

Em 1857 ali vive D. Diogo de Mesquita com quatro criados e, em 1890, Manuel Afonso Taveira de Sampaio e Melo e D. Maria das Dores de Pina Dá Mesquita.

— ★ —

Ainda à cerca de chafarizes, embora sem estrutura notável, na área da antiga paróquia existiam mais alguns que merecem ao menos uma ligeira referência.

— ★ —

### O CHAFARIS DA FALAGUEIRA

Tem a sua história como todas as coisas.

Durante a obra do Aqueduto Geral, apareceu aqui uma pequena corrente de água que não foi aproveitada e corria para um rio próximo. Porque era uma pena, pois se andava desesperadamente à procura de água para abastecer a cidade, perder-se esta quando os habitantes do lugar dela necessitavam, a Câmara mandou aprovei-

— 417 —

tá-la, no ano de 1773, e fazer uma bica com seu respectivo tanque. Mas, como sempre se deseja a perfeição e a máxima comodidade, os habitantes da Porcalhota procuraram conseguir que a água fosse levada ao Centro do lugar, fazendo-se então um bom chafariz junto da Estrada Real, mas não tiveram sorte nenhuma. A Junta das Águas Livres informou que o precioso líquido não bastava para poder ser levado ao sítio que os suplicantes desejavam. Era muito pouca a água e, ainda por cima, os homens pediam uma obra que ficaria, pouco mais ou menos, por 8.000 cruzados. Por isso tiveram que tirar daí o sentido e contentar-se com uma bica de pedra metida mesmo na parede do Aqueduto, com o seu tanque para toda a espécie de alimárias se dessedentarem. Os sobejos continuaram a correr para o rio.

— ★ —

## O CHAFARIS DA PORCALHOTA

Tem, igualmente, um passado com alguns acidentes.

Feito a pedido dos habitantes cuja súplica a Câmara de Lisboa deferiu em 20 de Julho de 1849, é por isso mesmo, relativamente moderno. Nasceu sob os auspícios de Marte, pois, projectado para a entrada da Azinhaga do Bosque, mesmo à ilharga da Quinta que então pertencia ao comendador João Galvão Mexia de Sousa Moura Teles e Albuquerque, este, zeloso pelas suas comodidades e recordando certamente os antepassados estribeiros-menores de el-rei, combateu o projecto alegando que o chafariz, naquele lugar, iria embaraçar a serventia para o páteo e cocheira da quinta. Generoso porque tinha bastante terreno, oferecia um pedaço dele, um pouco mais adiante, não sabemos se por liberalidade se apenas por comodismo.

Mas os habitantes, teimosos como bons saloios ainda conservando costumes e qualidades ancestrais, levaram a sua àvante.

Houve mobilização geral de boas vontades e a Câmara, tendo em atenção o auxílio prometido pelos habitantes em cascões, lagedo, pedra, etc., e ainda a possibilidade de se fazer, em lugar próximo, um bom tanque para lavadeiras, determinou a sua construção no lugar desejado pelo povo sem ter em atenção os argumentos do proprietário da Quinta. S. Ex.<sup>a</sup> ainda recorreu ao embargo judicial que afinal veio a perder, sendo condenado nas custas do processo.

E lá se fez o chafariz, por cima da abóboda do Aqueduto Geral, e aos 25 minutos depois do meio dia, de 29 de Outubro de 1850, correu a água pela primeira vez, no meio da alegria dos habitantes que festejaram o acontecimento com imenso foguetório.